parte II

VERTENTE PROJECTUAL

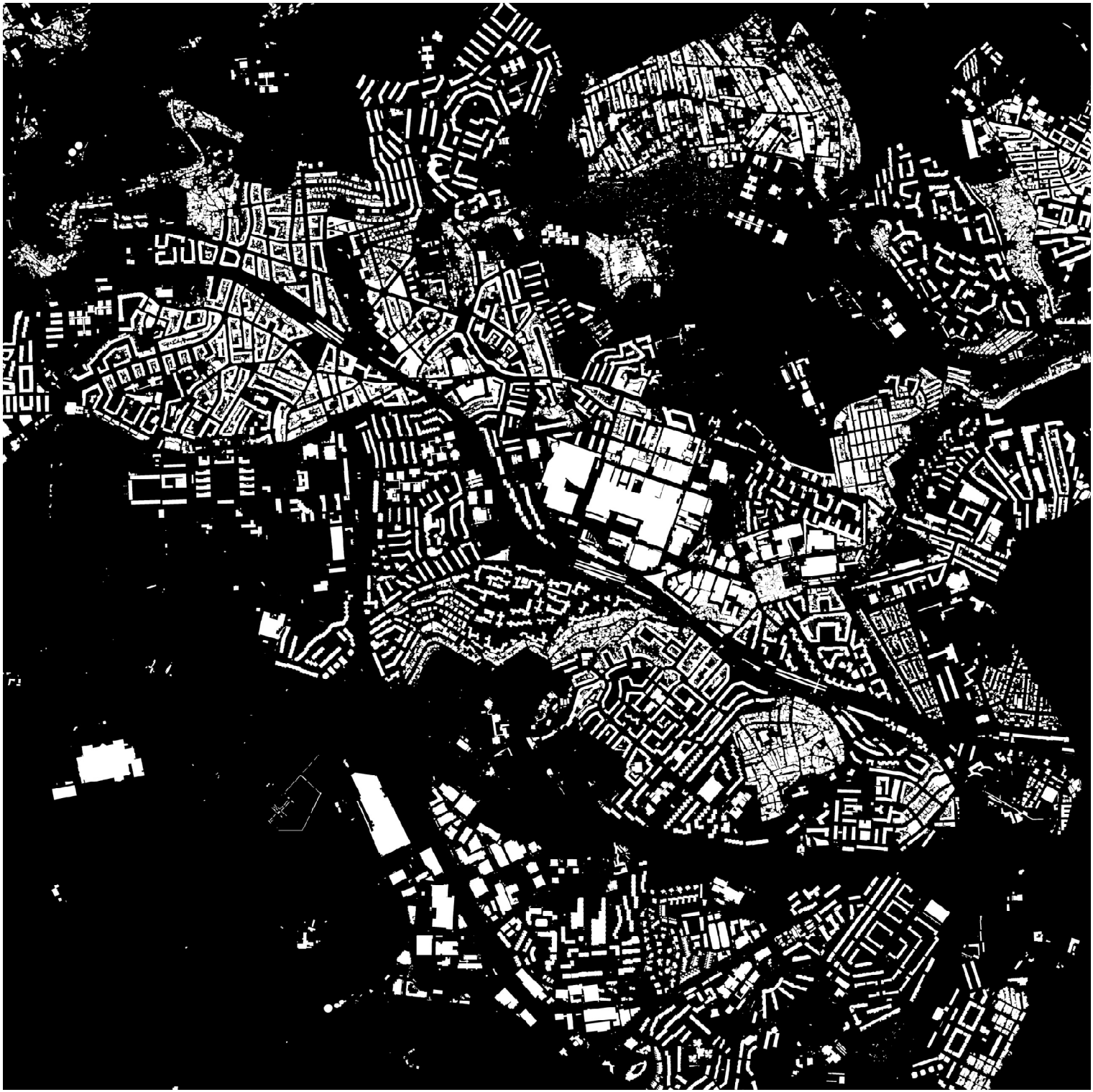
a. AMADORA

zona UOP04

. Trabalho Prático submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

.Trabalho o desenvolvido em parceria com Filipa Fiúza, Frederico Dionísio, Susana Anastácio e Teresa Durão.

Docentes:
Doutor Paulo AlexandreTormenta Pinto, Professor Auxiliar
Arquitecta Ana Lúcia Rosado Barbosa, Assistente Convidada
Arquitecto Gonçalo de Sousa Byrne, Professor Catedrático Convidado



IIa

AMADORA
zona UOP04

Localizando-se o nosso caso de estudo na periferia da cidade de Lisboa, no concelho da Amadora, importa para esta análise perceber o aparecimento e crescimento dos subúrbios.

Antigamente – até ao princípio do séc. XX – a noção de periferia era a de um arrabalde que produzia e abastecia Lisboa, mas também a de um local de lazer bucólico e campestre para gente endinheirada, que aí comprava as suas quintas e erguia palacetes, era uma zona saudável de ares limpos e puros para quem fugia à peste que dizimava a cidade. Era por isso considerado um local aprazível e de descanso.

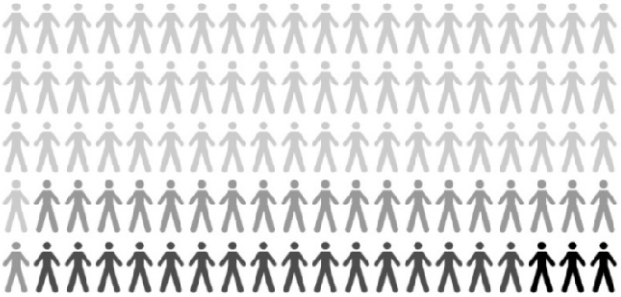
Pois esta conotação alterou-se como do dia para a noite. Antes de mais, a expansão da linha ferroviária para Sintra - cuja estação foi inaugurada na povoação da Porcalhota em 1887 – permitiu o surgimento ou crescimento de povoados presentes ao longo da mesma. A instalação das indústrias ficou facilitada, o que iniciou uma longa mudança no quotidiano e tipo de actividades – predominantemente agrícolas – da população residente.

Nas décadas de 30 e 40 do séc. XX, em pleno regime do Estado Novo, iniciou-se a primeira expansão da cidade de Lisboa através da Estrada de Benfica. Nos anos 40 e 60 verifica-se um rápido processo de industrialização que provoca uma primeira explosão demográfica e a densificação da zona da Amadora.

Por esta altura os conceitos de urbano e de cidade distanciam-se perante esta nova organização territorial, sendo que urbano se passa a associar, não a cidade mas, a "*uma escala muito mais ampla já que a de «cidade» parece designar outra realidade, mais restritiva e localizadd*".

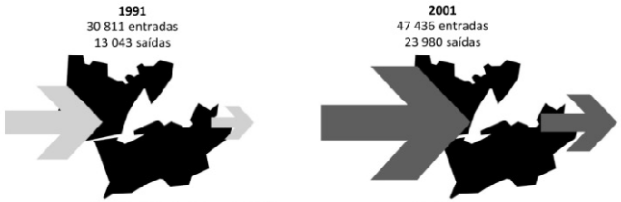
Mas é a partir da década de 70 que se inicia a verdadeira ocupação suburbana das zonas periféricas da cidade de Lisboa, sobretudo devido ao *boom* demográfico que se verificou pela altura da atribulada descolonização africana, em que milhares de retornados e africanos entraram no país, que não tinha capacidade de os acolher, entrando em acção a especulação imobiliária. Por suburbana entenda-se a área

AMADORA **175 872** hab



POPULAÇAO PORTUGUESA | RLVT: 33,4% | AML: 25,6% | LISBOA 5,4%

AML (2001) **2 661 850** habitantes



AUMENTO: 54% NAS ENTRADAS E **84%** NAS SAIDAS



O TRANSPORTE PÚBLICO COLECTIVO E O PEDONAL DIMINUI

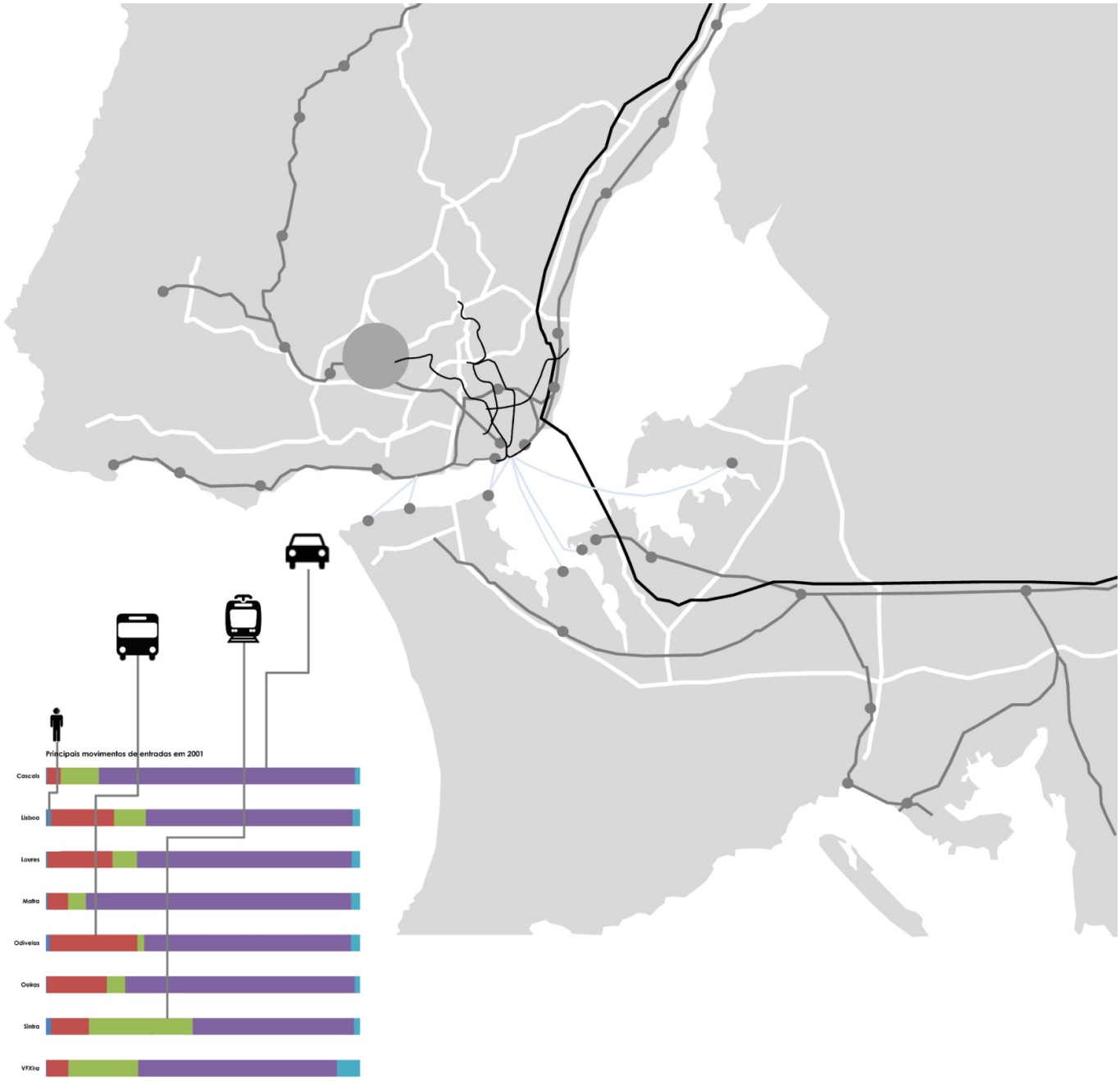
O USO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL **AUMENTOU 77%**



PEGADA ECOLOGICA DE LISBOA = 2,6 VEZES A SUPERFICIE DA RLVT

30 152 683 800 m2

pegada ecológica: os lisboetas precisariam de multiplicar por 2,6 a área da Região de Lisboa e Vale do Tejo para regenerar o impacto da sua existência na Natureza


Principais movimentos de entradas em 2001
Cascais
Lisboa
Loures
Mafra
Odivelas
Oeiras
Sintra
VFXira



urbana desqualificada que prolifera com deficiências ao nível dos equipamentos e de infra-estruturas, nestas zonas o maior ênfase é dado à habitação, geralmente com melhores condições e áreas mais generosas do que na cidade compensando a fraca qualidade de vida urbana dos seus habitantes.

Assim cresceu a zona da Amadora, e tantas outras pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa, ao sabor da especulação imobiliária e dos bairros ditos clandestinos, que surgiram fruto da oferta habitacional unidireccionada para a classe média.

A Amadora não deve ser circunscrita aos seus 175 872 habitantes, mas sim, aos 2 661 850 de habitantes da área Metropolitana de Lisboa que em menos de uma hora podem deslocar-se até à cidade da Amadora. Entendemos, assim, que o potencial público alvo da cidade é muito mais alargado, não podendo esta ser reduzida ao limite geográfico do concelho.

Os transportes e boas acessibilidades têm um papel preponderante na relação da Amadora com a restante Área Metropolitana de Lisboa.

A infra-estruturação do território da Amadora iniciou-se no século XVIII, com a construção do Aqueduto das Águas Livres, por esta altura o aqueduto alimentava a zona da Falagueira e possibilitou a primeira ligação à cidade de Lisboa.

A segunda grande infra-estrutura que surgiu na zona foi a linha ferroviária, em finais do século XIX. No século passado, devido à democratização do automóvel, iniciou-se a construção do IC19. Mais recentemente está a ser concluído um troço da CRIL, o nó da Buraca. Estas infra-estruturas que atravessam o concelho da Amadora foram o motivo do crescimento deste território, trazendo tanto aspectos positivos como aspectos negativos. Estas possuem uma identidade de tal forma marcante que transfere, transforma e acompanha a imagem da cidade da Amadora.

O concelho da Amadora foi aumentando ao ritmo das necessidades prementes da área metropolitana de Lisboa, apoiado e alinhado com essas infra-estruturas. Ao olhar para o território apercebemo-nos que estas foram as principais causas da quebra do tecido urbano, enfatizando diferenças, e, ao mesmo tempo, transformando-se elas próprias em barreiras tanto a nível físico, visual, sonoro, entre outros aspectos, impulsionando "colagens" num território ausente de permeabilidade – mais do que oportunidades, foram-se transformando barreiras.



CONCEITO

A cultura da congestão é um dos pontos de partida para a nossa abordagem à periferia. A periferia é, geralmente, conotada com a dispersão do edificado, resultando em diferentes malhas que se confrontam e que provocam terrenos baldios. Ao congestionar a cidade estamos a concentrá-la e a dar-lhe uma vivência metropolitana, hoje inexistente devido ao facto de o subúrbio ser o grande "dormitório" da cidade central.

O livro *Delirious New York*, da autoria de Rem Koolhaas deu-nos pistas para incorporar os conceitos da cultura da congestão, da condição metropolitana e dos condensadores sociais. A criação de novas centralidades com várias valências é fundamental. Podemos comparar a dinâmica das construções propostas para a concentração de serviços e comércio com a dos arranha-céus de Nova Iorque, obviamente a uma escala menor. Este tipo de concentração pretende captar e entrecruzar diversos tipos de fluxos – de informação, de pessoas –, apresentando uma grande densidade de funções num espaço reduzido.

Em *Learning from Las Vegas*, de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour, percebemos as valências que o strip development pode ter e como a cidade pode ser desenvolvida ao longo destas faixas de rodagem, assim como a importância que o simbolismo e a mensagem terá que exercer no momento de comunicação da arquitectura. Assim podemos comparar o IC19 a uma *strip* e tirar partido da visibilidade que o território da Amadora pode ter para milhares de pessoas diariamente. Criando uma mais-valia para a instalação de empresas no terreno.

PROPOSTA

Actualmente as infra-estruturas que rasgam o território não têm qualquer relação entre si, são apenas "linhas" que condicionam o seu desenvolvimento. A nossa proposta passa por aproveitar as infra-estruturas existentes e conectá-las entre si, dando uma nova forma ao modo como se percepciona o território. Pretendemos que exista uma rede hierarquizada de infra-estruturas, existentes e propostas, que "contamine" e facilite o percurso pela cidade. Espera-se que esta "contaminação" traga novas possibilidades de expansão e de atractividade ao concelho.


SONY
Vodafone



A CIDADE A DOIS TEMPOS e A DUAS INTENSIDADES

Após a análise ao território e à forma como este se organiza concluímos que a cidade de hoje se vive a dois tempos. Podemos defini-los com base em três características fundamentais – velocidade, escala e papel do habitante. A compreensão destes dois estados de interacção com a cidade é de fulcral importância quando nela somos chamados a intervir. Esbatidos os limites entre a cidade tradicional e o meio rural, é na periferia suburbana que se jogam os dados para o futuro da metrópole. O perfeito entendimento do subúrbio é inatingível. A maneira de nele actuar carece de experimentação. O tempo com que lidamos é duplo.

VELOCIDADE

A expansão suburbana deu-se ao longo das principais infra-estruturas de mobilidade – a linha ferroviária e a auto-estrada –, que procuravam permitir o acesso fácil e rápido ao centro da cidade que, contendo as actividades que nunca chegaram a "emigrar" para o subúrbio, se tornou num concentrado de locais de trabalho/lazer.

Nestas infra-estruturas, a cidade mede-se a alta velocidade. Ao utilizá-las, a paisagem urbana discorre como um cenário – visto através da janela do comboio ou do automóvel –, inalcançável fisicamente, carente de pontos de referência, desinteressante. O subúrbio passa como o genérico antes do programa principal – a chegada ao centro da vida citadina.

A outra velocidade é vivida nos núcleos suburbanos. Muitas vezes apenas dormitórios com serviços básicos, os subúrbios albergam a vida íntima dos seus habitantes. Neste tempo mais lento, vivem-se sensações completamente antagónicas às do centro da cidade – aconchego, descanso, retiro do exterior, vida no espaço interior das habitações.

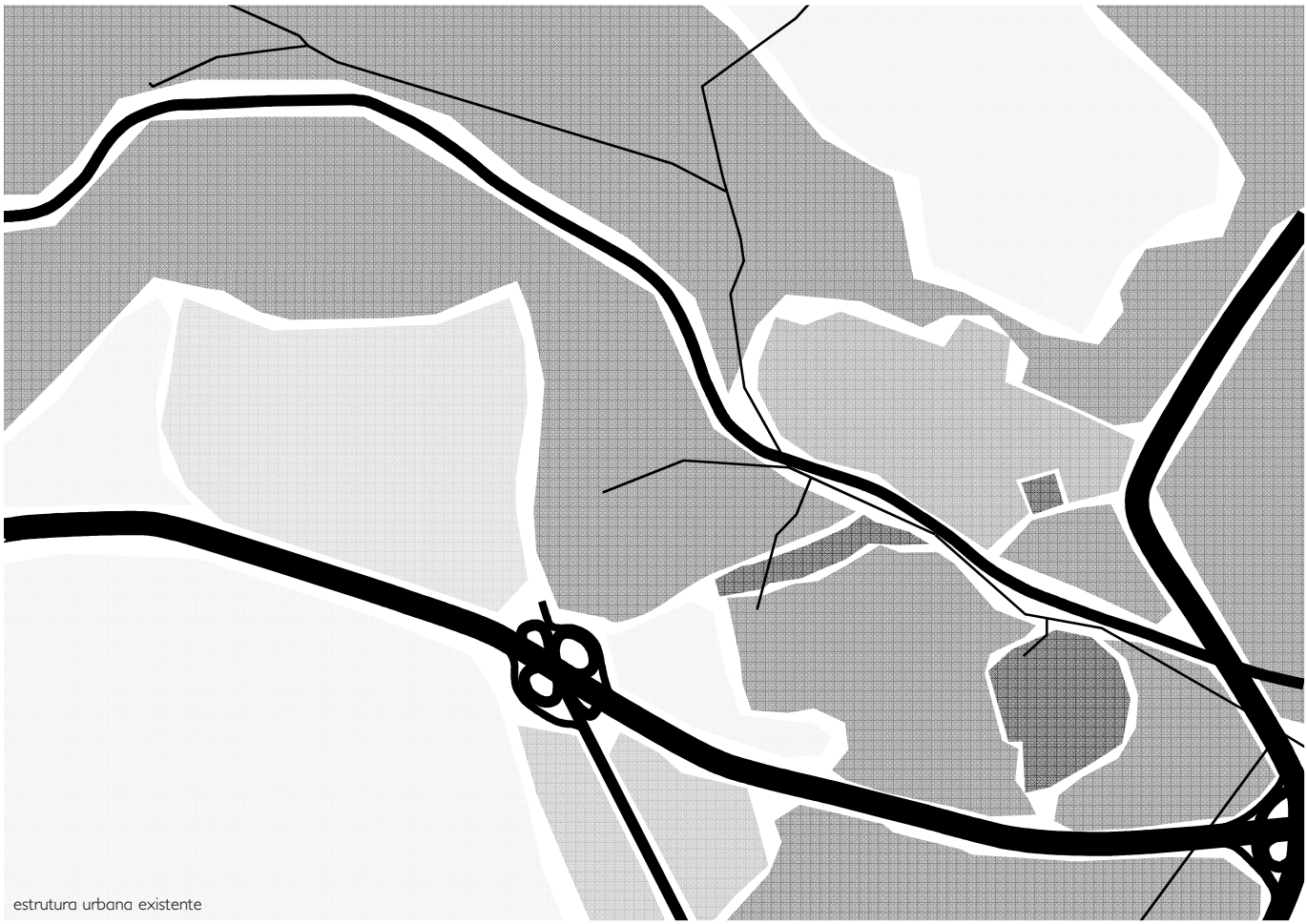
ESCALA

As diferentes escalas que percepcionamos são resultado destes dois tempos que se movem em sentidos contrários. Junto das infra-estruturas, assistimos a uma macro-escala nos espaços – as estações de comboio, os viadutos, as conexões viárias – de modo a serem apreendidos a uma velocidade superior, para uma grande quantidade de utilizadores, estabelecendo a organização do subúrbio. À medida que nos afastamos do raio de acção das infra-estruturas, a escala vai diminuindo, procurando uma medida mais humana para compor os bairros suburbanos.

PAPEL DO HABITANTE

O último aspecto que nos ajuda a distinguir estes dois tempos é a forma como o habitante interage nos diferentes contextos. Em trânsito, o habitante é um mero observador. A sua relação com a cidade é passiva, distante, passageira. É somente quando experimenta a cidade que o observador se torna participante, deambulando, interagindo, tomando a verdadeira condição metropolitana.

A nossa proposta parte da identificação e compreensão destes dois tempos, do desmanchar das suas características e do remontar das suas virtudes. Na relação da cidade central com a periferia, estes dois tempos colidem. Pretendemos, ao invés, que eles se contaminem, e que do seu cruzamento resulte uma solução que permita a união da cidade e do subúrbio num só – a METRÓPOLE.



estrutura urbana existente



estrutura urbana proposta

parte II

VERTENTE PROJECTUAL

b. BAIRRO DO ALTO DA COVA DA MOURA

infra-estrutura urbana, espaço público e mercado multicultural

. Trabalho Prático submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Docentes:
Doutor Paulo AlexandreTormenta Pinto, Professor Auxiliar
Arquitecta Ana Lúcia Rosado Barbosa, Assistente Convidada
Arquitecto Gonçalo de Sousa Byrne, Professor Catedrático Convidado



IIb

BAIRRO DO ALTO DA COVA DA MOURA
infra-estrutura urbana, espaço público e mercado multicultural

Durante 30 anos, o bairro do Alto da Cova da Moura, constituiu-se como um bloqueio, impedindo a livre circulação entre todo o território da Amadora. Desfazermo-nos deste obstáculo, permite a emergência de um potencial latente; proporciona a oportunidade de criar uma verdadeira miscigenação de comunidades que ate agora se mantiveram isoladas; voltar a conectar a cidade com este potencial pólo de atracção; e criar as bases para uma nova comunidade baseada não só no comércio, no turismo ou na nostalgia, mas também nas realidades da vida urbana do século XXI.

O cenário está lido! Por onde começamos?...

PROPOMOS UMA ESTRATÉGIA REGENERATIVA PARA O ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO.

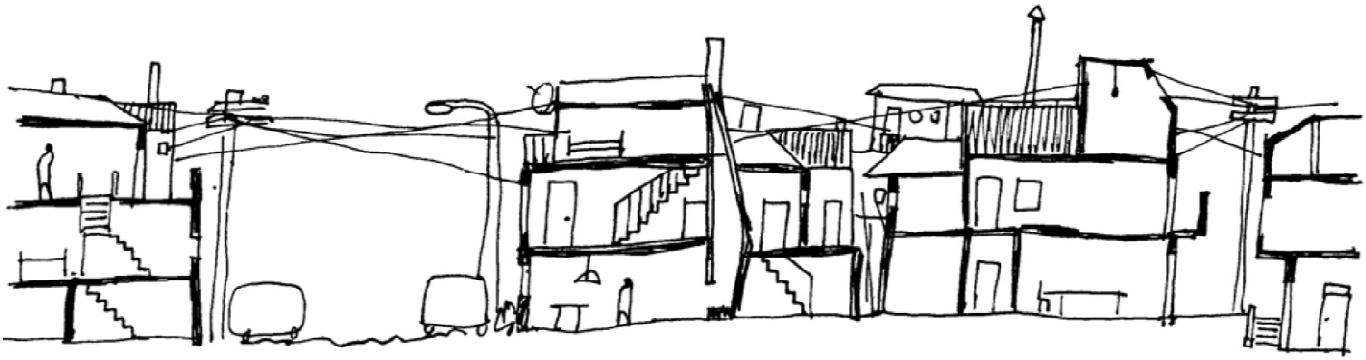
ESTRATÉGIA URBANA

Este bairro, oriundo de circunstâncias históricas peculiares e com um percurso atípico, é o palco de uma realidade complexa em termos sociais e culturais. Possui, no entanto, uma atractividade especial, fruto da sua singularidade histórica, cultural e étnica, facto que o levou a ser escolhido como local de estudo, para o Concurso Universidades – Trienal de Arquitectura 2010.

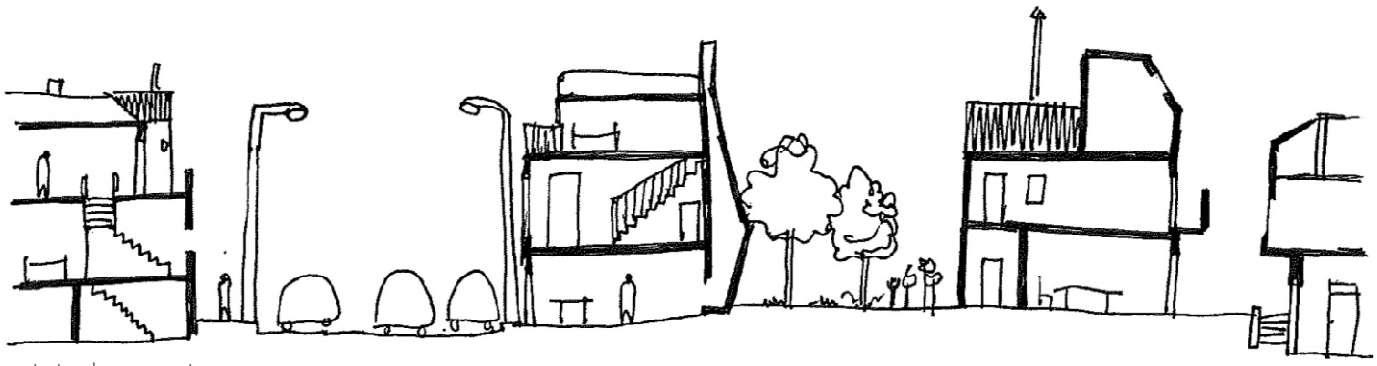
A opção de projecto partiu de uma leitura/juízo sobre a transformação deste território, as suas condições topográficas e antropológicas que exprimem os seus princípios instaladores. Não se pretendia um exercício puramente linguístico. Procurou-se um processo inverso ao da conceptualização de um espaço representativo de uma solução absoluta. Uma atitude de contaminação e diálogo, mais do que uma atitude de resistência ou admiração miserabilista. Experimentou-se a transformação concreta do sítio, da realidade, atingindo laboratorialmente, com gestos discretos e precisos. Acrescentando, subtraindo, deslocando, dividindo, desenhado espaços e matérias, o projecto constitui-se, em síntese, como ''refundador'' do



O ÚNICO ESPAÇO PÚBLICO QUE EXISTE É A RUA DE ACESSO ÀS HABITAÇÕES



contexto urbano existente



contexto urbano proposto





vias
ligações viárias propostas
principais ruas requalificadas
espaços públicos propostos
espaços vazios de ligação com a envolvente
1 . zona panorâmica de ligação à estação da CP
2 . zona de cultivo comunitário
3 . zona desportiva

ambiente local. «É pegar na história e contá-la»

Antes de mais, o projecto, vai à procura dum campo de relações a descobrir entre as coisas. Foi assim preciso um olhar atento para os sinais ''fracos'', os interstícios urbanos, as ruínas esquecidas pelos moradores, os espaços e as construções degradadas, Esta leitura do território revelou a oportunidade de intervenção.

Superar o deficit de conectividade e de acessibilidade entre as várias partes do território da Buraca/Damaia, no qual se inclui o bairro da Cova da Moura, constituía-se como o principal desafio. Reconhece-se que estes problemas não poderão ser resolvidos num único momento de intervenção pois implicam naturais demolições. Optou-se assim, por um sistema que possa crescer com o tempo. Deixa-se assim em aberto uma possibilidade de alteração futura, evitando uma decisão que se possa considerar conclusiva em relação a este processo.

ESTRATÉGIA PROJECTUAL

O objectivo é simples, criar liberdade através de um espaço contínuo.

No bairro da Cova da Moura a rua é um espaço narrativo assumindo-se como o espaço de reunião dos seus habitantes. Motivos de ordem cultural muito influenciam esta realidade, sendo a rua encarada como um prolongamento da casa, um lugar de encontro e de confraternização, de negócio e de estar e onde são debatidas as relações sociais. Sendo o único espaço público que existe a rua de acesso às habitações, a realidade quotidiana exprime-se assim predominantemente em espaços residuais apenas acessíveis aos residentes. A rua, com características quase medievais, torna-se, pela sua abrangência, espaço preferencial para esta intervenção.

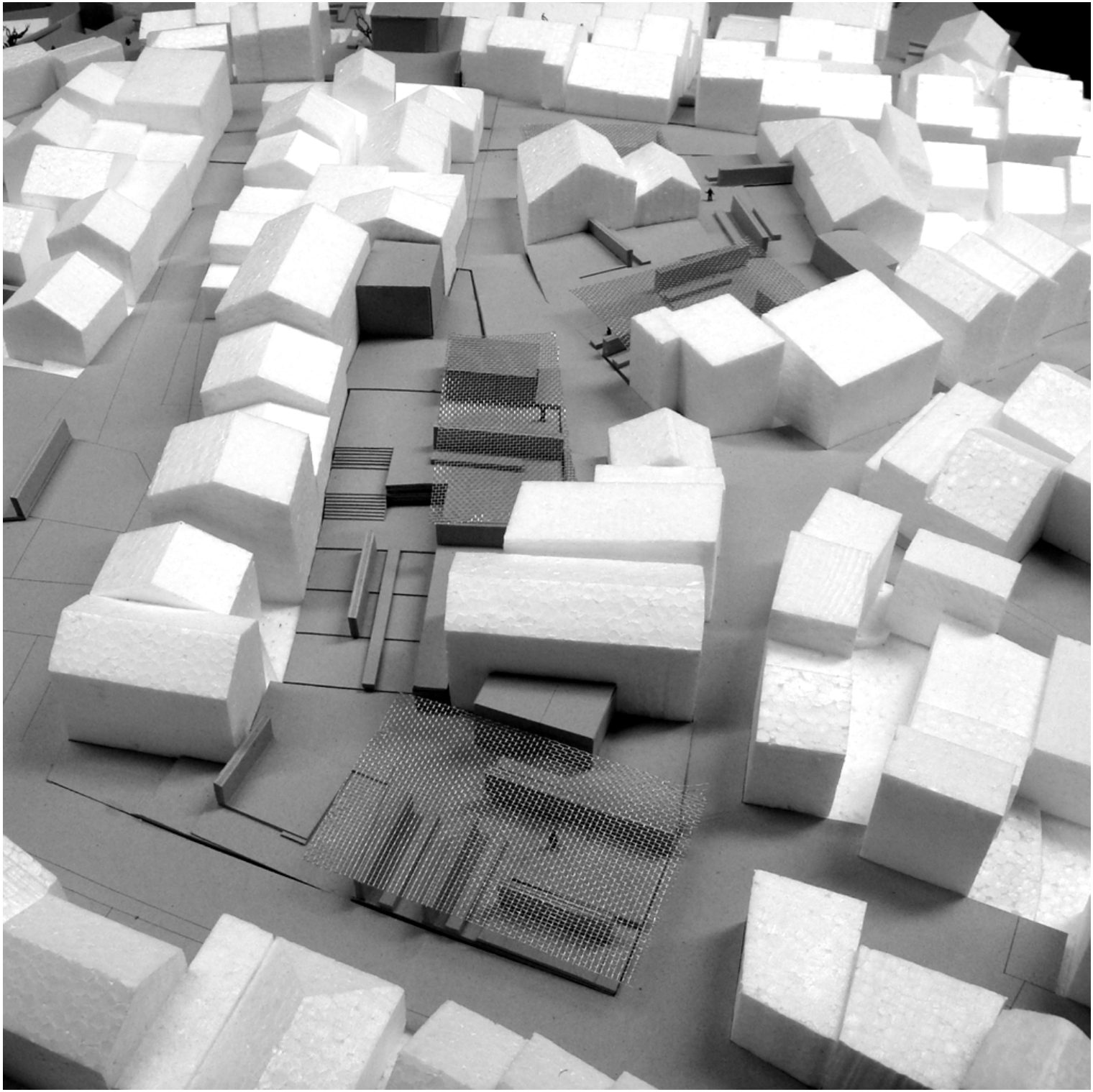
A primeira operação construtiva de projecto passou pela apropriação do espaço liberto pela demolição de habitações que estavam em muito mau estado de habitabilidade (segundo estudo do LNEC). Estes espaços permitiram a criação de novos espaços públicos vazios que funcionaram como uma nova entidade acessível e conectada visual e tematicamente – uma estrutura global de espaço público, unida pela presença de um pavimento tratado que fará a conexão entre as grandes bolsas de terrenos vazios que se encontram nas margens do bairro e os novos espaços internos.

Na primeira opção, procurou-se respeitar as implantações das construções pré-existentes como garante da manutenção de uma escala urbana já consolidada.

Através da abertura de percursos e corredores de visibilidade, converte-se e transforma-se o actual estado, cerrado, numa área aberta e atractiva ao transeunte. Surge um sistema de caminhos pretos (textura continua de betuminoso), uma linha infra-estrutural e um conjunto de letras e signos brancos. Constituindo-se como um mapa à escala 1:1, estes elementos brancos indicam a localização das principais atracções que se encontram na vizinhança e criam uma hierarquia reconhecível. A habitual sinalética vertical será substituída por este projecto de pavimentos. O movimento transforma-se numa experiencia pública. Em complemento desta estrutura surgirá uma linha infra-estrutural subterrânea que será responsável pelo transporte da rede se água, esgotos, electricidade, telecomunicações, etc.


espaço liberto pela demolição das construções em mau estado


espaço liberto, mantendo a escala das construções pré-existentes



PROPOSTA PROGRAMÁTICA

Pretende-se qualificar os novos espaços vazios através do desenho de um conjunto de plataformas em betão. Estes serão espaços com um carácter ambivalente, espaços privilegiados para uma apropriação informal e de reafirmação de um ritual existe. Aqui será o palco para formalização das pequenas bolsas de economia alternativa (espaços de comércio) que nos dias de hoje acontecem de forma espontânea e desorganizada. Estes espaços de comércio beneficiaram da especificidade cultural da população residente, tornando-se locais de partilha entre a comunidade residente e a população que vive na envolvente.

Com estas propostas manteve-se a estrutura urbana intacta, sem apagar as camadas existentes, acrescentou-se três novas camadas: a infra-estrutura urbana que bem resolver problemas prementes de habitabilidade mínima; as plataformas de betão; e as caixas metálicas.

Estes objectos paralelepipédicos surgem como "máquinas", ora organizando e hierarquizando os espaços vazios, ora respondendo às necessidades básicas de caracterização do espaço público. Quando usados como espaços de venda, estas caixas serão responsáveis pelo armazenamentos dos produtos frescos de venda diária. Quando dispersas pelo resto do bairro, estas caixas asseguram a função de iluminação pública, depósitos de recolha de resíduos sólidos, telefone público, marcos distribuidores de correio, sinalética urbana, apoio a zonas de cultivo ou de explanada, etc.

Associadas a estas caixas existirá um banco/banca em betão. Este banco irá retomar a ideia do banco de pedra, localizado á portas das casas, que caracteriza um modo de estar africano e que é característico deste bairro. Este será o espaço onde os velhos partilharam as suas histórias, onde os mais pequenos brincam, onde nasce uma arvore… onde se estabelecem as relações sociais.

Quando as funções exigem uma área maior, as caixas serão transformadas em "pedras" que abrigam no seu interior áreas de interesse comunitário e expressão cultural, ateliê de culinária, artes plásticas, musica, dança, farmácia, centro polivalente.

COMPONENTE FORMAL E CONSTRUTIVA

Dividir, criar novos limites, sublinhar características, exprimir juízos exigem a construção de um código de referências capaz de comunicar e integrar com a realidade.

Dadas as condições do contexto em que se realiza a construção, exige-se uma certa elementaridade da linguagem, até pelo simples problema da comunicação em estaleiro. Não se prevê o recurso a uma mão-de-obra especializada, privilegiando-se um processo de autoconstrução que alude ao histórico de entreajuda presentes entre os moradores.

Optou-se pela redução dos elementos arquitectónicos á sua linguagem essencial/primitiva: pavimento, parede, cobertura e filtros para o exterior. Estes elementos caracterizam-se por uma predominante materialidade, nãos havendo recurso a grandes trabalhos de acabamentos. O muro de suporte que define cotas e contem os terrenos terá o mesmo tratamento que uma parede de um edifício - betão cinzento descofrado. As caixas serão estruturadas em perfis metálicos e revestidas a aço galvanizado. Ocasionalmente, surge uma cobertura metálica em espaços centrais para protecção dos espaças de venda em situações de más condições climatéricas.


1
3

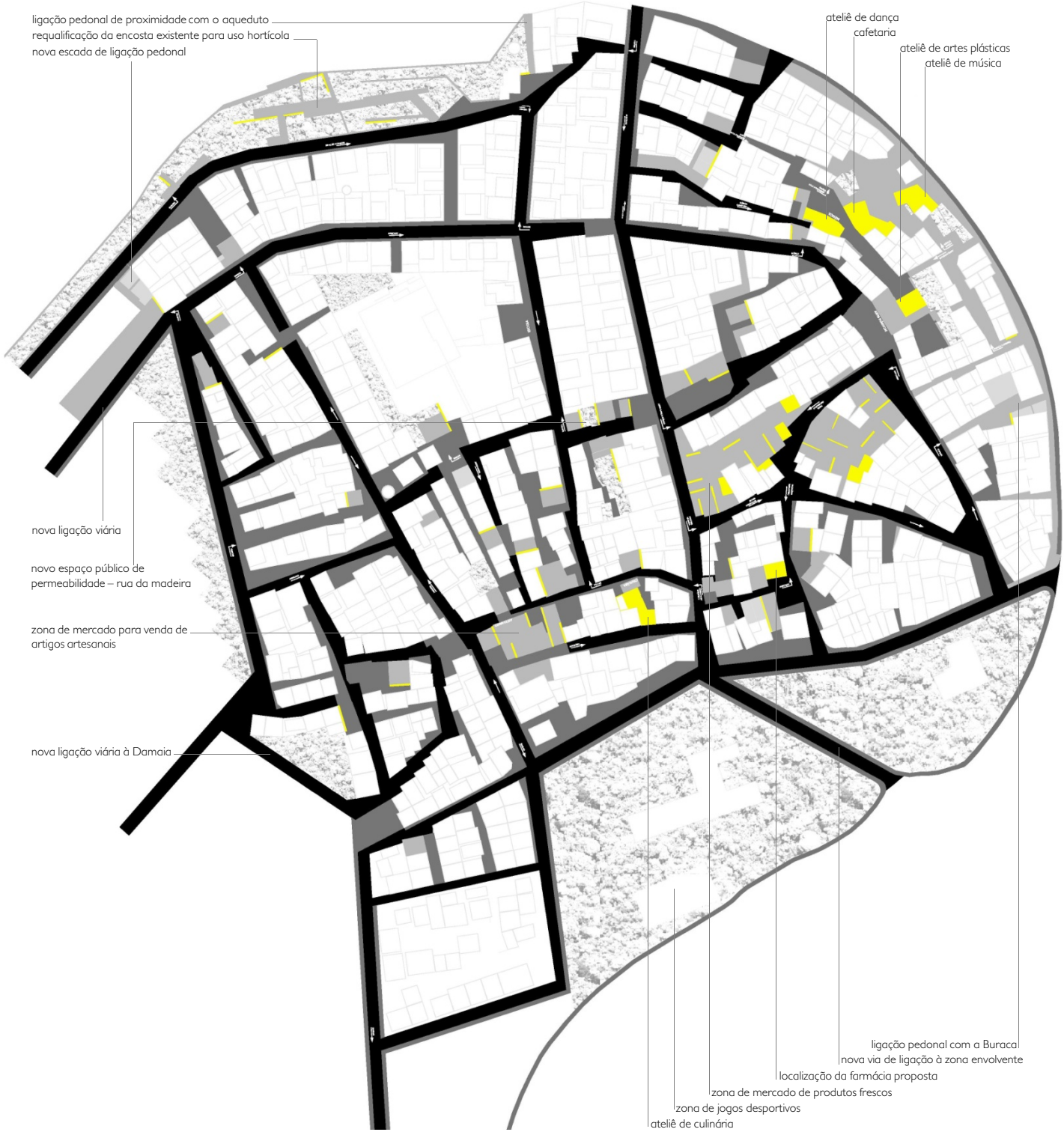

HORTAS




MERCADO
CORREIO

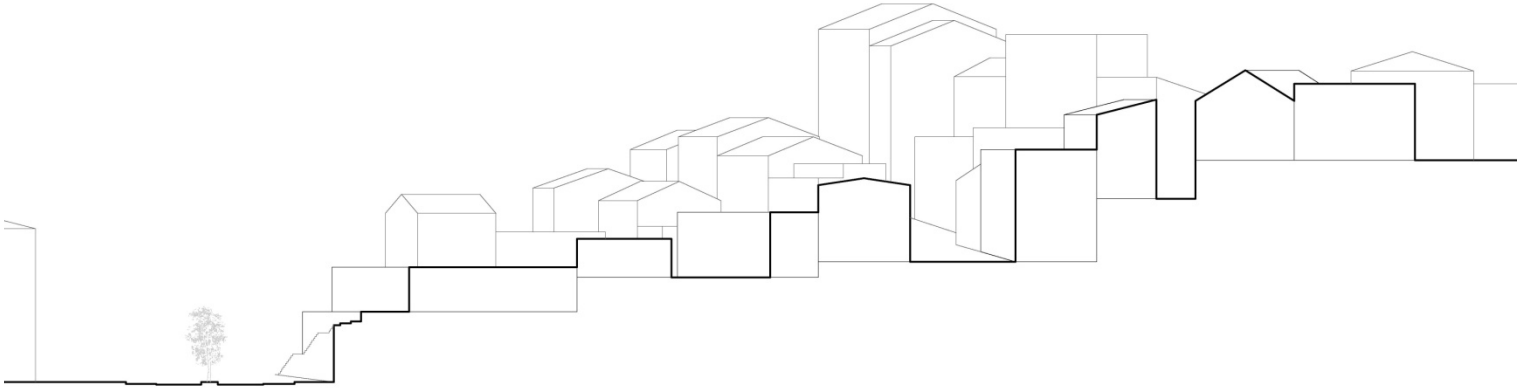




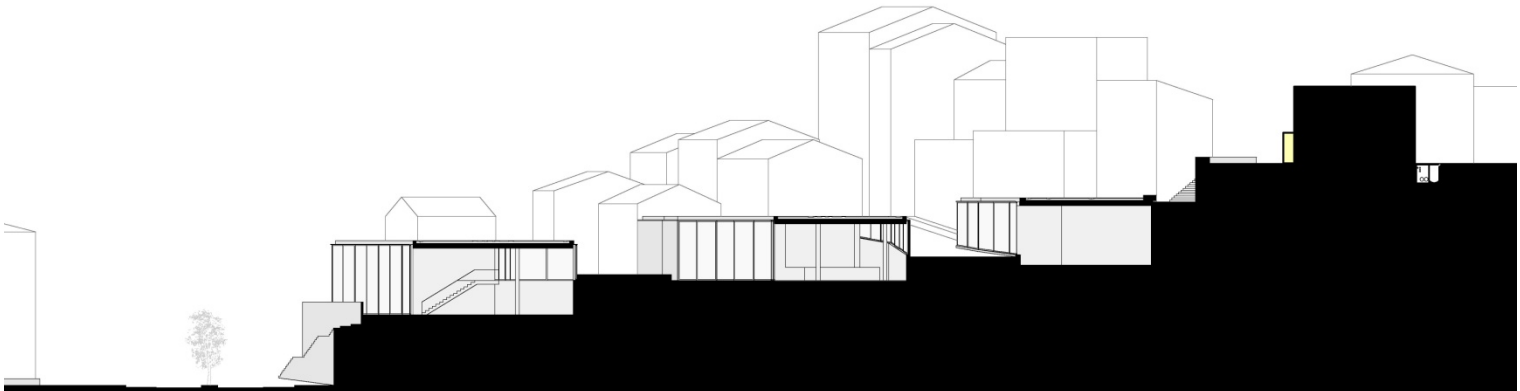

ligação pedonal de proximidade com o aqueduto
requalificação da encosta existente para uso hortícola
nova escada de ligação pedonal
ateliê de dança
cafetaria
ateliê de artes plásticas
ateliê de música
nova ligação viária
novo espaço público de
permeabilidade – rua da madeira
zona de mercado para venda de
artigos artesanais
nova ligação viária à Damaia
ligação pedonal com a Buraca
nova via de ligação à zona envolvente
localização da farmácia proposta
zona de mercado de produtos frescos
zona de jogos desportivos
ateliê de culinária


refeitório funcionários mercado
zona dos lixos
zona armazenagem
balneários funcionários mercado
instalações sanitárias públicas
administração mercado
ateliê de artes plásticas
ateliê de dança
cafetaria
ateliê de música
balneários partilhados entre o ateliê de dança e a sala polivalente
sala polivalente





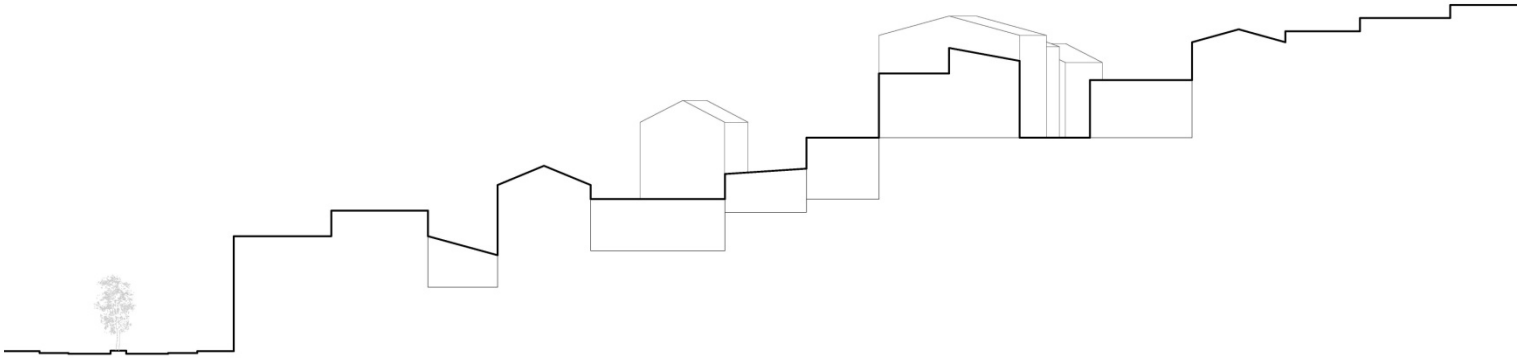
contexto urbano existente



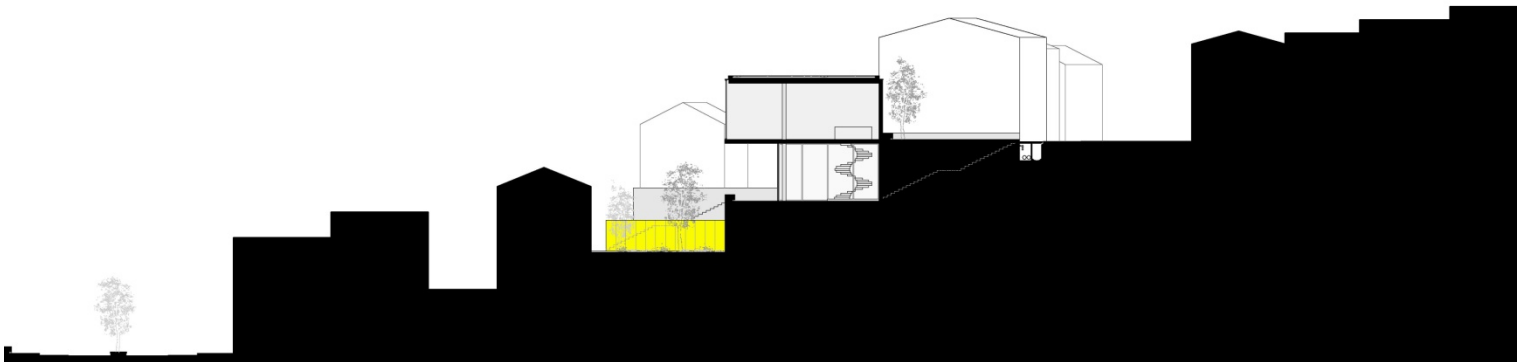
contexto urbano proposto

Zona com grande número de construções em ruína.
Novas construções encastradas no terreno e caracterizadas pelos planos de vidro para possibilitar uma melhor visibilidade entre as diversas actividades.



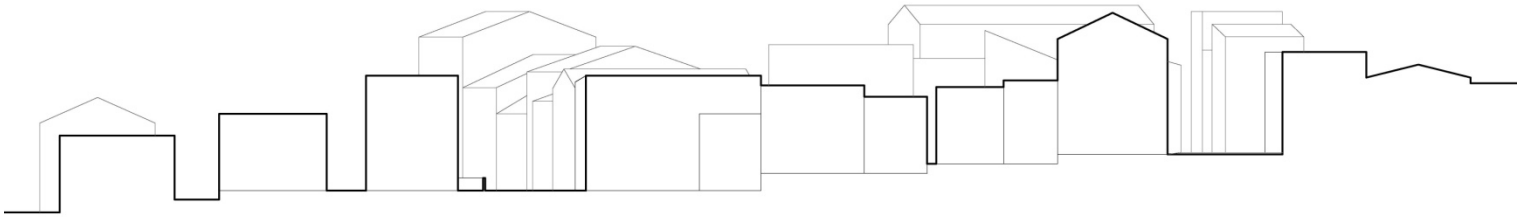


contexto urbano existente

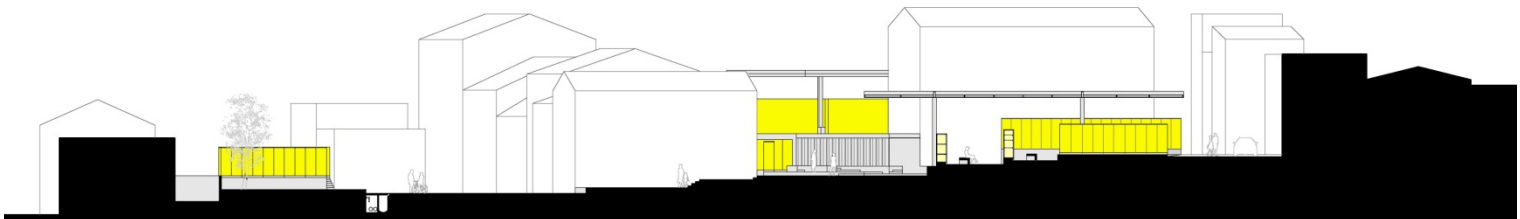


contexto urbano proposto

Zona de acentuada pendente e com possibilidade de beneficiar de vistas para a envolvente.
Abertura de corredores de permeabilidade para melhorar as condições de salubridade.



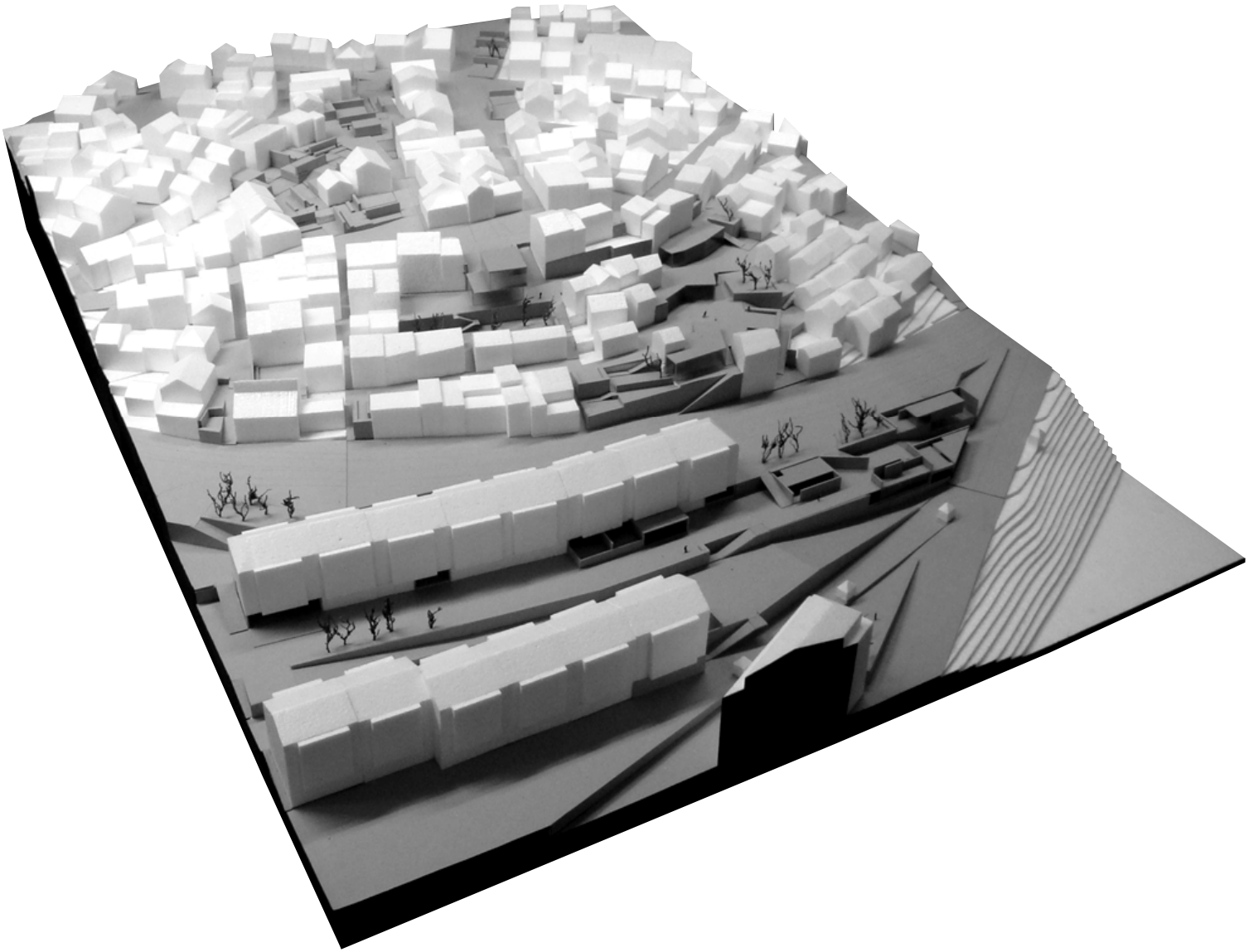
contexto urbano existente

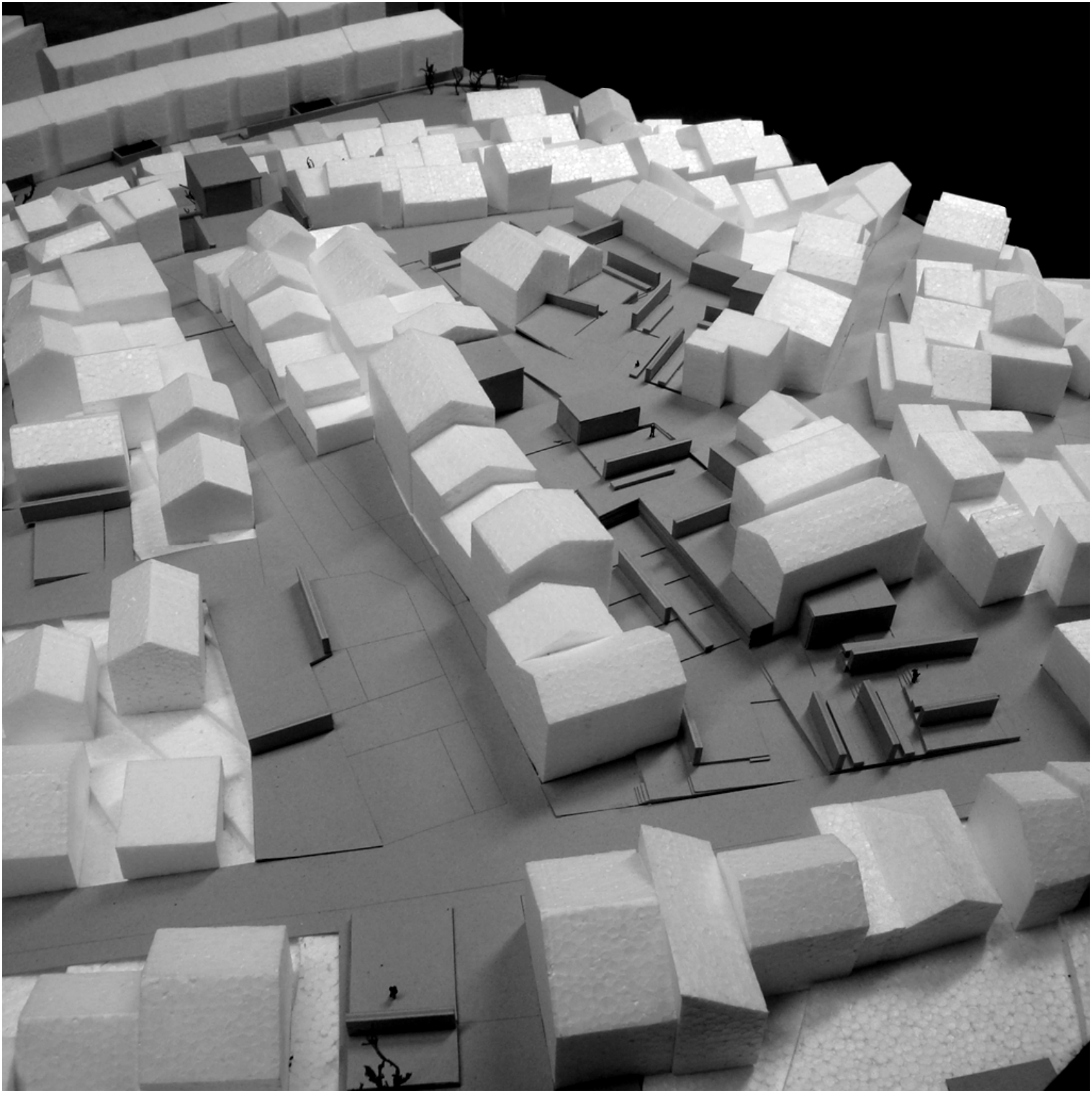


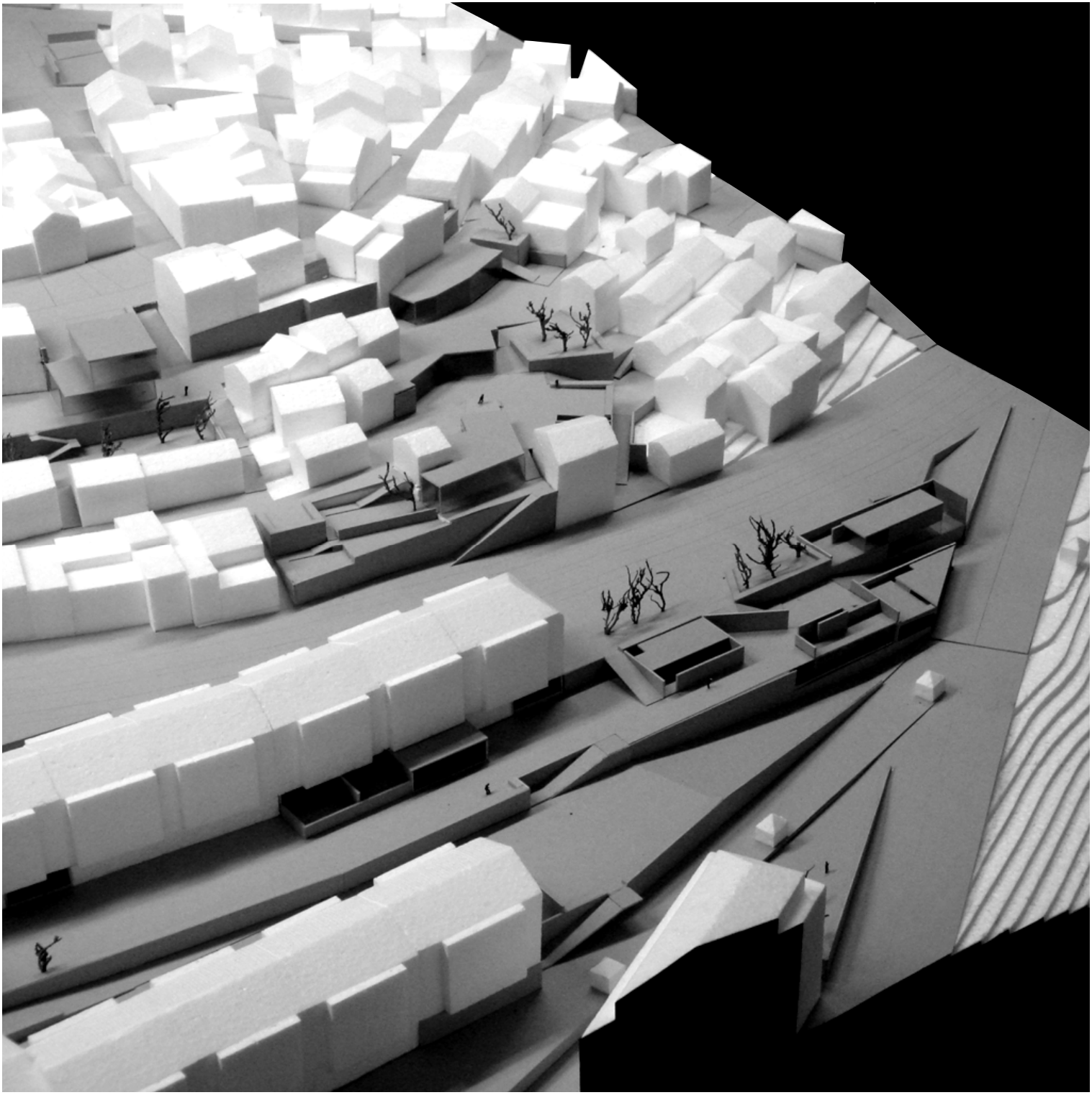
contexto urbano proposto

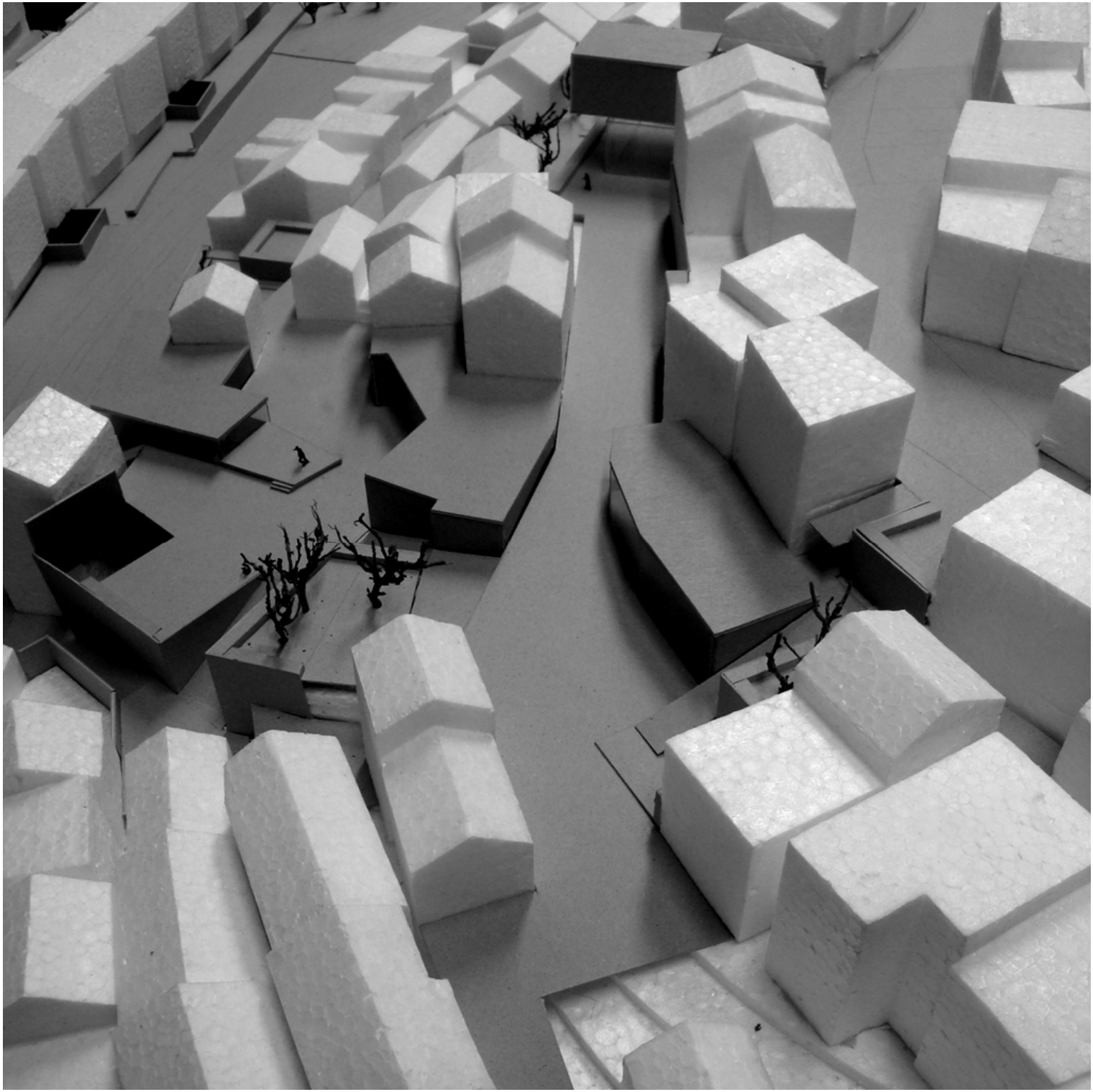
Zona central do bairro com uma topografia privilegiada para a criação de um espaço público. Zona principal de mercado.
Aproveitamento do desenho de implantação das construções pré-existentes.

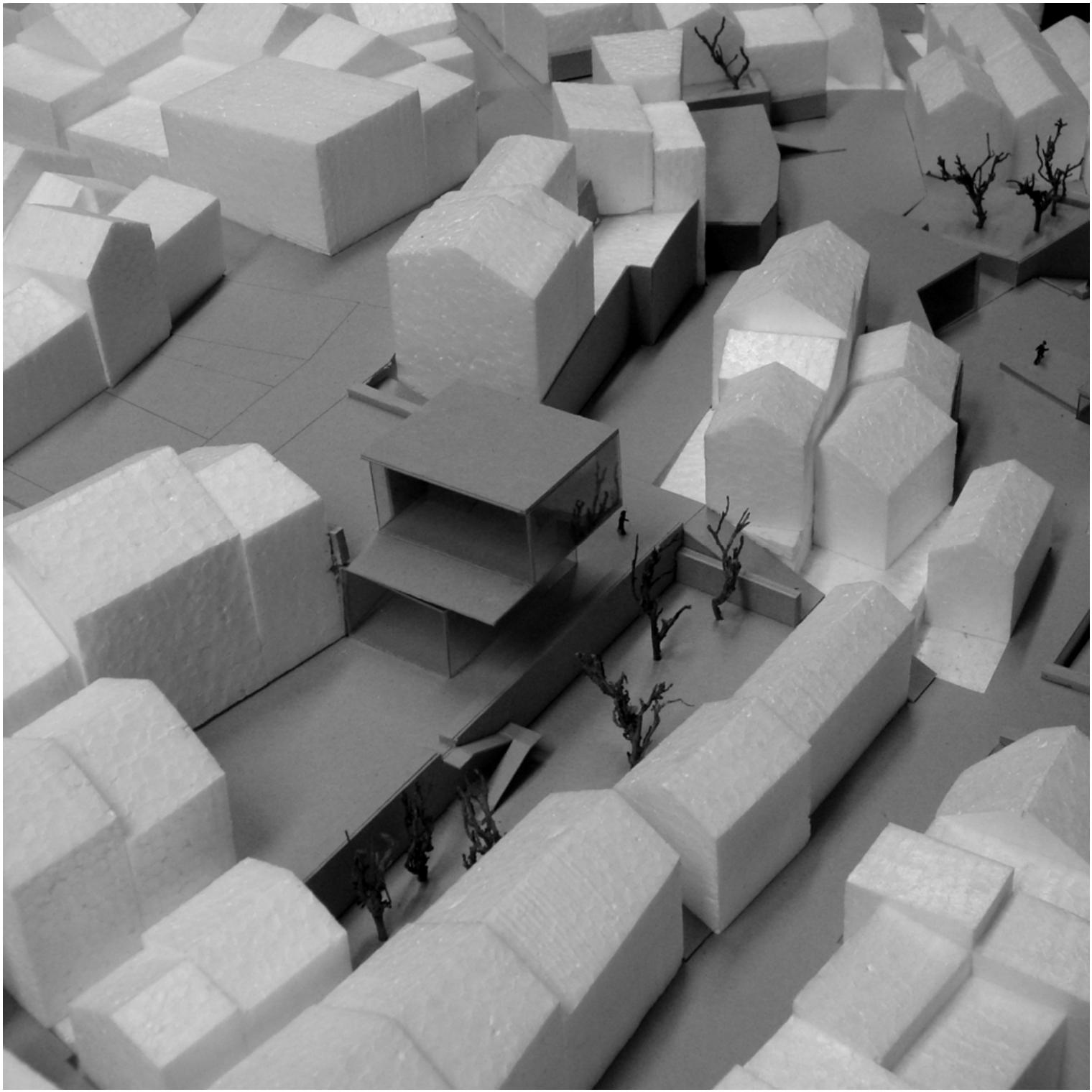

ARTES PLÁSTICAS
PADARIA
PEIXARIA
FARMÁCIA
INFANTÁRIO
FRUTA
HORTELÃ
ARTES DANÇA MÚSICA

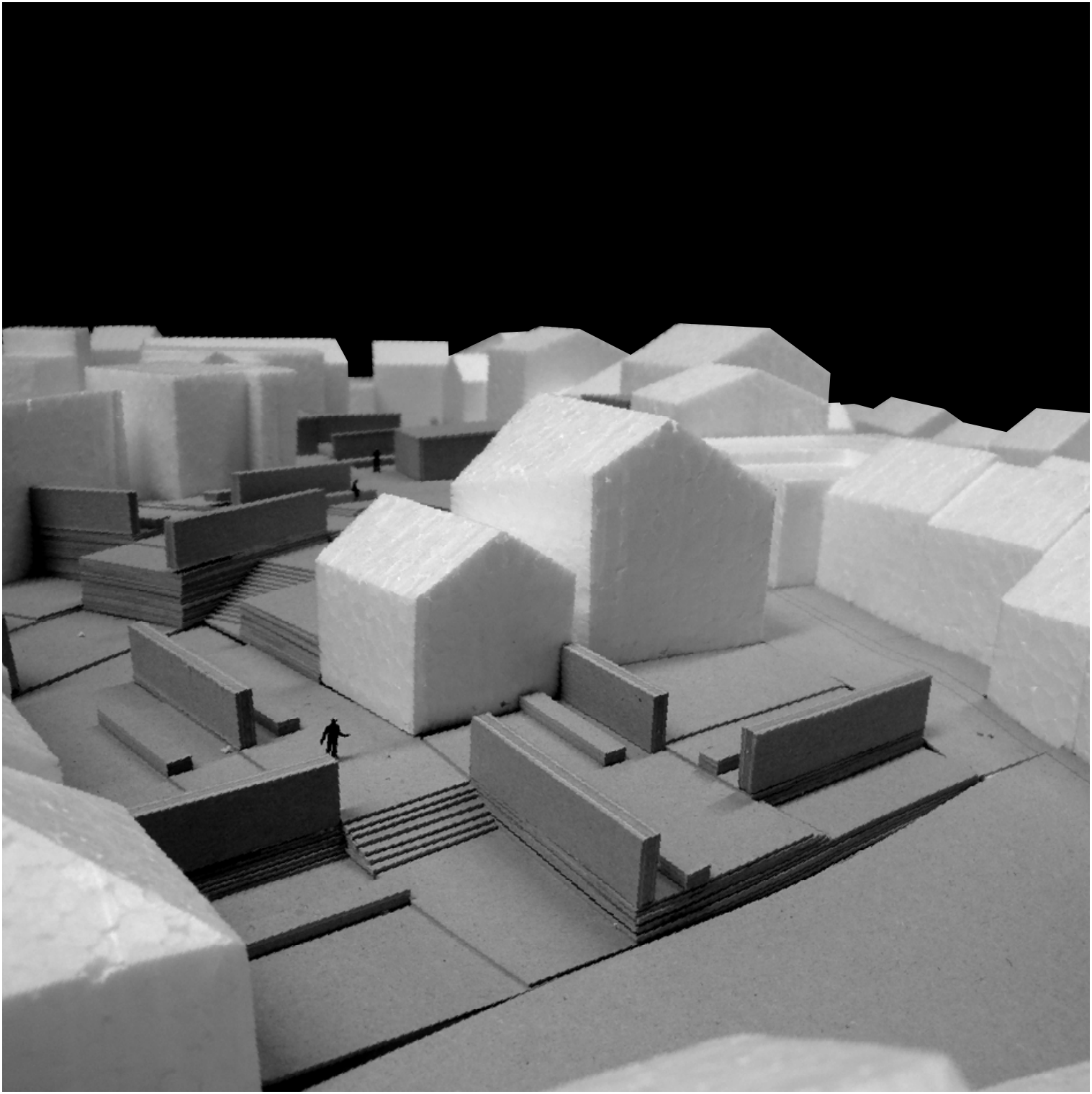












parte II

VERTENTE PROJECTUAL

c. DEZ CASAS

Amadora/Buraca

. Trabalho Prático submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Docentes:
Doutor Paulo AlexandreTormenta Pinto, Professor Auxiliar
Arquitecta Ana Lúcia Rosado Barbosa, Assistente Convidada
Arquitecto Gonçalo de Sousa Byrne, Professor Catedrático Convidado



IIc

DEZ casas Amadora/Buraca

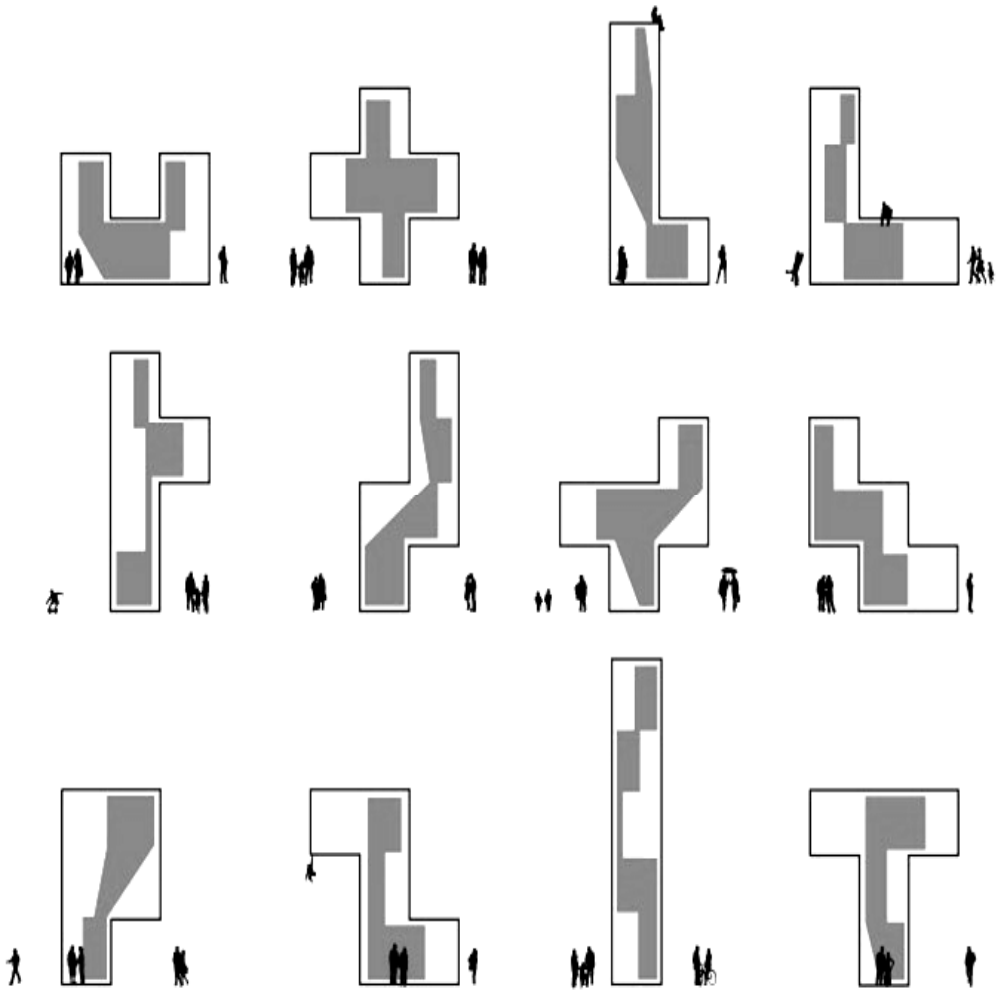
Este exercício consistia na construção de dez casas na freguesia da Buraca, no concelho da Amadora, num território genericamente designado por periférico, mas que apresenta características singulares. Constituiu-se acima de tudo como uma oportunidade de reflexão sobre a problemática da intervenção arquitectónica no contexto suburbano.

A primeira opção desta intervenção assenta numa tentativa de reinventar a dimensão urbana que especificamente nesta zona está em clara decadência.

A estratificação programática e funcional conduziu este território á situação actual. Fomentar uma nova coexistência dinâmica entre actividades foi assim um passo para criar uma dinâmica urbana consentânea com as necessidades do habitar metropolitano. Seguindo uma estratégia já experimentada no campo arquitectónico, o "condensador social" assumia-se assim como possível solução para gerar uma nova dinâmica neste território. Considerou-se assim, estes blocos habitacionais, não como elementos isolados, mas como um organismo vivo em extensão natural uns dos outros – ambiciona-se a criação de lugares onde o homem pode perceber o que deseja ser.

Considerou-se a arquitectura como parte da infra-estrutura que organiza a coexistência entre os diferentes acontecimentos urbanos. A vida metropolitana exige uma multiplicidade de dimensões que este território não conseguiu responder. Vazio ou cheio, preto ou branco – a bipolarização foi assim uma ideia a negar.

Mais do que renovar o desenho, foi necessário introduzir um novo vocabulário que falasse sobre a realidade actual. A renovação física do espaço público, juntamente com a pesquisa sobre a elasticidade das estruturas habitacionais foi assim a oportunidade para a introdução de uma nova conformação urbana que se pretende condutora de uma identidade inequivocamente colectiva.



Abandonar o plano horizontal e pensar uma cidade a três dimensões foi assim o desafio que conduziu a descoberta de uma nova superfície ainda inexplorada.

A oportunidade deste exercício constitui-se, também, como um momento para a indagação sobre o significado da casa contemporânea, uma visão abrangente capaz de interrogar o que entendemos por morada/habitat.

A ''morada'' é entendida como a representação daquilo que somos. A delimitação de um ''mundo interior'' é a característica essencial do espaço doméstico. É lá onde recolhemos os nossos objectos, onde acumulamos memórias, onde fundamos as nossas ambições e as angustias, o lugar com contornos tangíveis onde depositamos o nosso quotidiano. Por isso há sempre uma casa onde nascemos, onde crescemos, onde estudamos, onde amamos, onde envelhecemos, ou simplesmente, um lugar onde estivemos. Contudo há sempre uma casa onde voltamos, uma casa que desejamos ter.

O conceito de habitat pressupõe, no entanto, uma relação que o indivíduo estabelece com a sociedade. O espaço público, onde desejavelmente passamos cada vez mais tempo, constitui-se assim como um prolongamento desejável da habitação. Acreditamos assim que a resolução do programa habitacional passaria por uma reformulação do espaço público, e especificamente, da forma como o ''bloco'' contacta com o chão. Não habitamos só a casa, habitamos também o bairro, a cidade, o território.

> «*Actualmente, a habitação deve ser entendida com um lugar próximo do desejo e da versatilidade, da qualidade de vida e da fantasia sugestiva do lazer, do bem-estar e do conhecimento, em vez da habitual serenidade ou possibilidade do espaço concebido apenas como mera necessidade social ou aparência. Em suma, a nova habitação tem que ser concebida através da diversidade e pluralidade, em vez de pela homogeneidade e colectividade. Um espaço multi-activo e inter-activo*».[1]

Na segunda metade do século XX, irrompe triunfante, pelos territórios periféricos, os valores da arquitectura Moderna. Com o advento da era Moderna, a casa torna-se o objecto laboratorial preferencial dos arquitectos. São experimentados novos conceitos de habitar, novas tecnologias construtivas, novas relações hierárquicas entre vazio e construído.

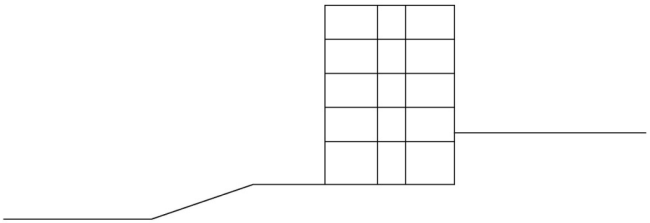
A excessiva separação entre espaço público e privado e o zonamento funcional, que caracteriza estes territórios, destruiu a fluidez permeável do sistema urbano medieval. Exige-se portanto uma nova concepção de espaço público onde o espaço para as relações sociais e para o inesperado, agregado a uma nova sobreposição de funções sejam capazes de construir uma verdadeira cidade.

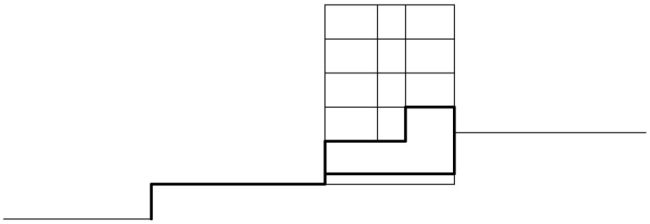
Com este trabalho, pretende-se antes de tudo dar sentido ao espaço do quotidiano, o espaço que propicia as relações sociais, o espaço que as ''interpretações da Carta de Atenas'' haviam desprezado.

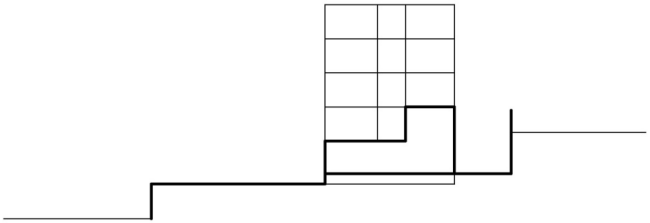
---

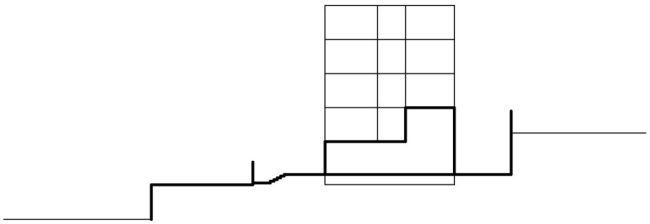
[1] GAUSA, Manuel. Housing: New Alternatives, New Systems, in The Metropolis Dictionary of Advanced Architecture: City and Society in the Information Age, Barcelona: Actar, 2003. p. 283, tradução livre.

estrutura urbana existente









estrutura urbana proposta

Dois problemas assumem-se como mais gritantes: o tratamento do espaço público e a desadequação das tipologias habitacionais.

. A necessidade urgente de criar habitação para um número crescente de população arrastada para a periferia, conduziu a uma arquitectura descaracterizada na qual os moradores não se conseguem identificar. A capacidade de assimilar a individualidade e a auto-realização, dos que dela fruem, foi esquecida.

Os núcleos familiares que hoje habitam e aqueles que pretendem habitar estes territórios periféricos caracterizam-se por uma grande diversidade que dificilmente é reduzível à família convencional com dois filhos, típica dos anos 70. A diversidade de modos de vida dentro de um mesmo agregado familiar e mesmo a mudança das relações entre os seus membros é algo comum e um reflexo da própria alteração dos hábitos e das prioridades comunitárias.

O modelo normativo e estereotipado de habitar, que caracteriza esta área urbana da Buraca colide com os atributos da contemporaneidade. Estas casas não tiveram a capacidade de se adaptar às novas exigências e esse facto é reflectido na grande quantidade de fogos devolutos que esvazia este território – aqui nasce a oportunidade de localização deste projecto – apropriação de fogos devolutos e dos pisos em cave que estavam igualmente desocupados.

. A definição dos espaços entre os edifícios como amplas plataformas verdes abstractas, hoje invadidas por lugares de estacionamento para automóveis, conduziu a uma paisagem abstracta ocupada por objectos alienados onde o verdadeiro espaço urbano – o espaço lúdico – não tem lugar.

Depois deste meio século, em que as soluções estereotipadas propiciadas pela especulação imobiliária substituiu a experimentação disciplinar em torno do habitar colectivo, é hoje necessário "voltar ao local do crime" e repensar com os novos desafios colocados pela sociedade urbana actual.

Busca-se um novo (e frágil) equilíbrio entre o indivíduo e o benefício colectivo, oferecendo aos residentes a oportunidade de experimentar a convivência enriquecedora com uma forma de vida em comum que extravasará o passar o tempo entre quatro paredes.

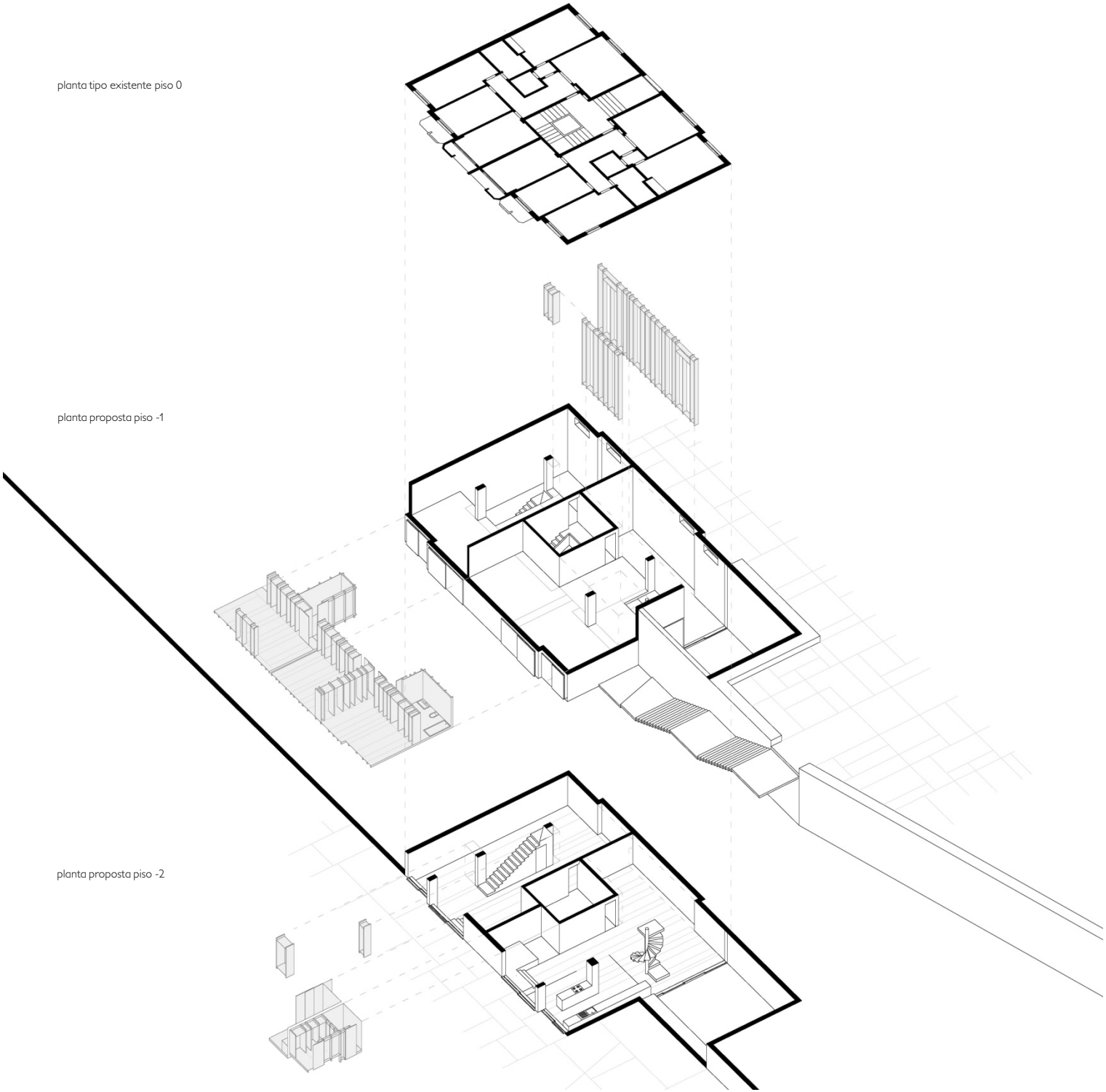
Rejeitam-se as soluções estereotipadas. Entende-se a casa não apenas como um abrigo que confere apenas protecção e conforto físico – esta questão já foi respondida no momento inicial – pretende-se antes como o lugar para a criatividade, um lugar para a encenação de aquilo que somos ou que ambicionamos ser.

O que se procura ninguém sabe ao certo, pois dificilmente encontramos uma resposta única e universal que garanta a compatibilização entre os mais variados usos e a instabilidade da sociedade urbana contemporânea. Afastada dos modelos convencionais de produção em série que respondia a uma família-tipo com necessidades-tipo, a sociedade actual procura novos modelos, novas referências de habitar que a faça sonhar com um futuro melhor. Busca-se uma alternativa à nostalgia do espaço rural, à caricatura do conforto e à evocação do "moderno" (enquanto sinonimo de moda).

planta tipo existente piso 0

planta proposta piso -1

planta proposta piso -2



Neste sentido, mais do que uma solução prática a um determinado requerimento programático, este projecto deve ser visto como uma estratégia conceptual propositiva que permita vários tipos de apropriações. Num contexto onde a imediatez funcionalista entre programa funcional e forma do edifício caracteriza a oferta habitacional actual, pretende-se enfatizar a elaboração de um conceito que medeie entre um programa (novo) e uma forma (edifício já existente). Substitui-se a resposta universal para todos por uma flexibilidade para cada um.

Contudo, se por um lado precisamos de uma grande durabilidade construtiva inerente aos conceitos de sustentabilidade, por outro a grande diversidade cultural que está na origem destes territórios (o lugar da oportunidade para todos) e que é traduzida nos diferentes modos como o espaço doméstico é apropriado, exige novas estratégias de flexibilidade. Pensou-se assim a habitação como um sistema aberto à mudança, logo mais apropriável por um número diverso de culturas, de agregados, mais durável, mais sustentável e portanto mais rentável.

O conceito de flexibilidade, neste caso, traduz-se na dotação do espaço habitacional de uma capacidade de adaptação ao processo dinâmico que se pretende constituir como habitat periférico (agora com uma conotação positiva).

> «*A flexibilidade não é a antecipação exaustiva de todas as modificações possíveis. A maior parte das alterações são imprevisíveis (...). Flexibilidade é a criação de uma capacidade de grande amplitude que permita diferentes e até opostas interpretações e usos*».[2]

Privilegiou-se a polivalência funcional, ou seja, a capacidade de o mesmo espaço possibilitar a variação de uso sem a necessidade de ocorrência de pesadas modificações construtivas. Dotou-se o espaço doméstico de amplas áreas, tornando-o facilmente personalizável – alterando compartimentação do fogo com o uso de portas, cortinas, painéis, armários amovíveis, etc., sem perder, no entanto, as suas qualidades espaciais.

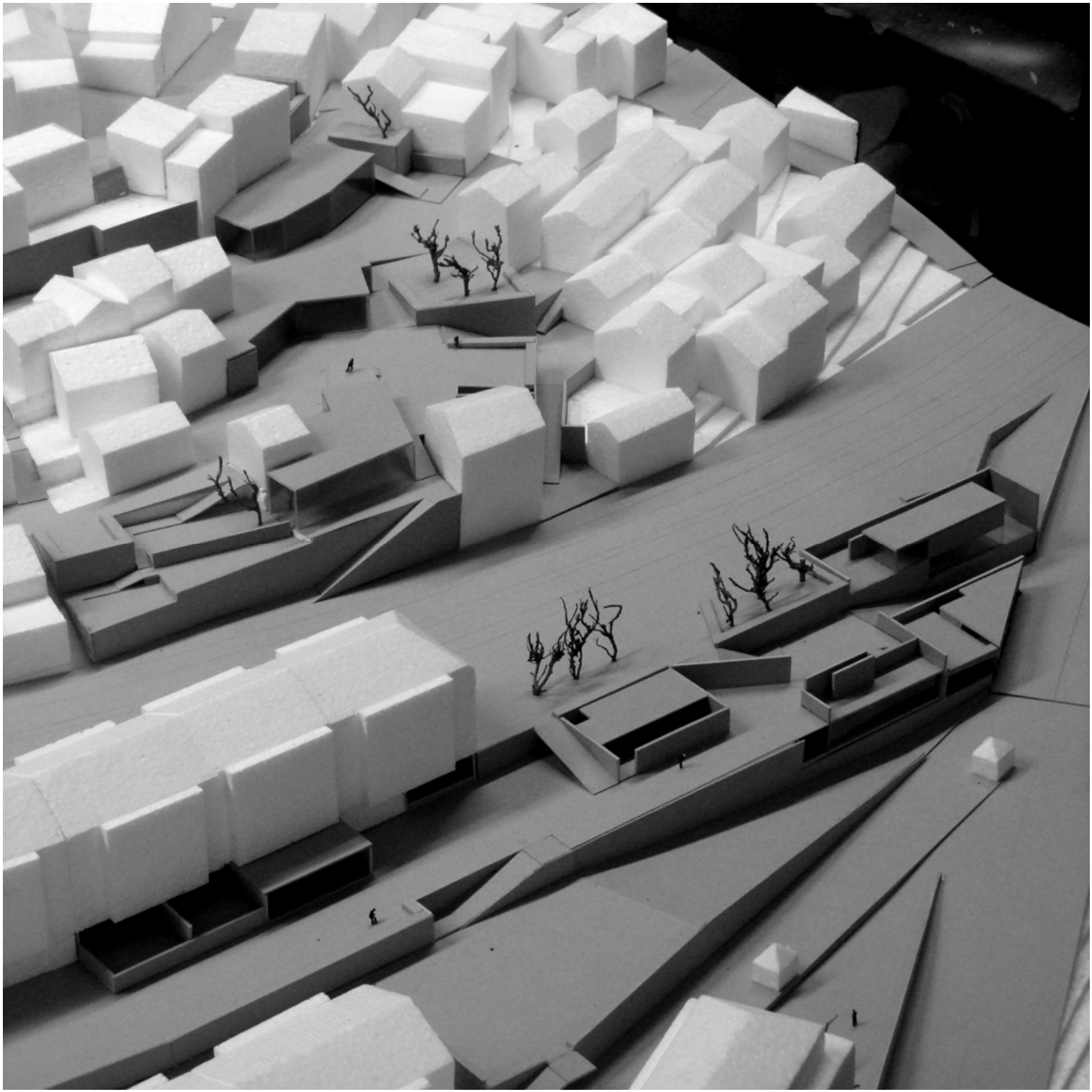
Procurou-se um tipo de relação pouco rígida e mais dinâmica assentando, esta estratégia, numa conexão informal entre as actividades domésticas, onde os usos públicos e domésticos estão interligados.

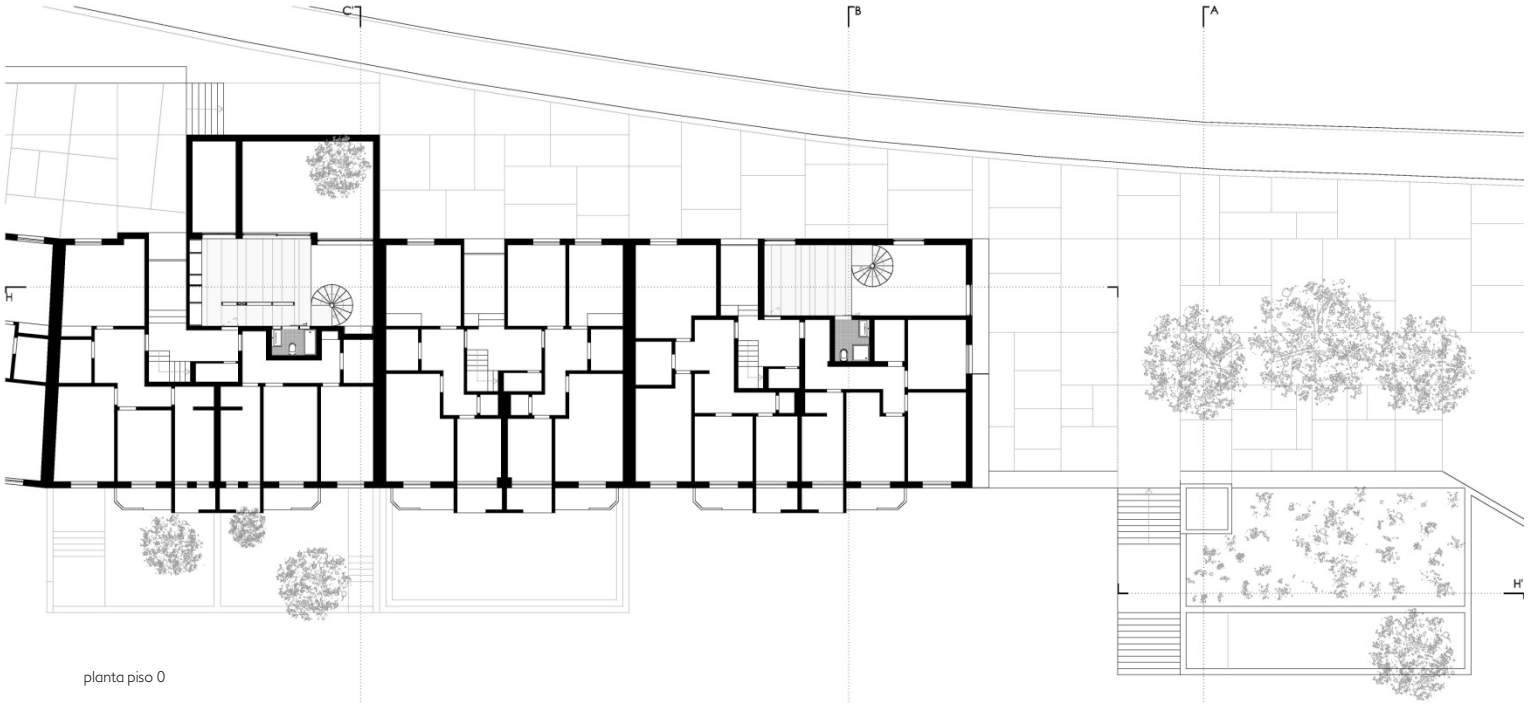
A estratégia de flexibilidade aqui adoptada, assenta numa relação de autonomia entre os diferentes componentes e camadas construtivas que constituem o edifício. Genericamente cada fogo constitui-se como uma grande caixa rígida de betão, nova ou já existente, que responde às necessidades de protecção aos elementos atmosféricos (água, iluminação, ruído, temperatura), secundarizada por um núcleo de serviços (cozinhas, instalações sanitárias e acessos). São estes os únicos elementos considerados fixos e que asseguram a vida funcional do fogo, dentro de um espaço genérico aberto á transformação. Os restantes elementos (divisões de compartimentação e arrumação) são tratados como elementos móveis, em madeira, permitindo uma fácil remoção ou reconstrução sem interferir nas restantes partes do edifício.

[2] KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. *S M L XL*, Nova Iorque: The MonacelliPress, 1995.

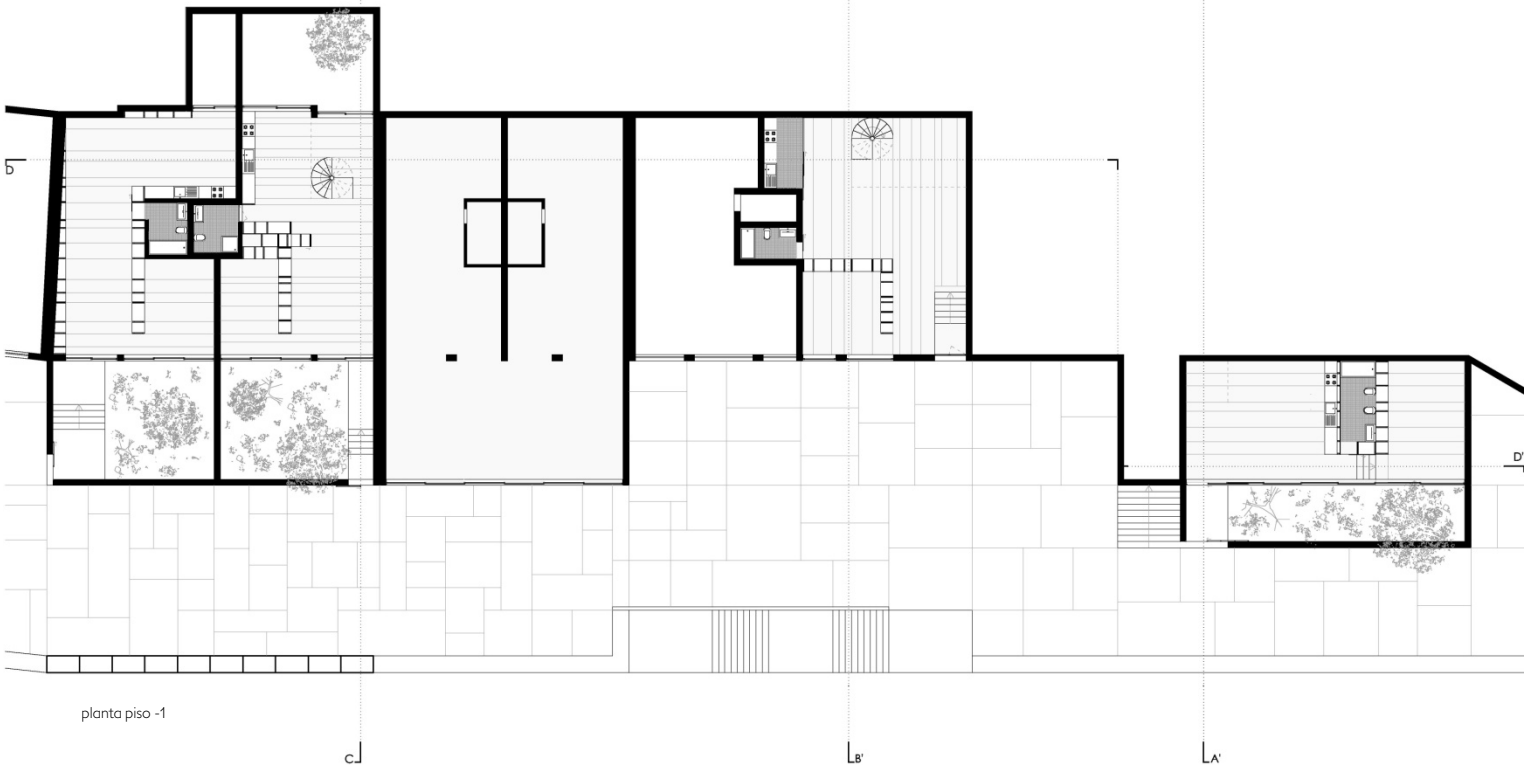




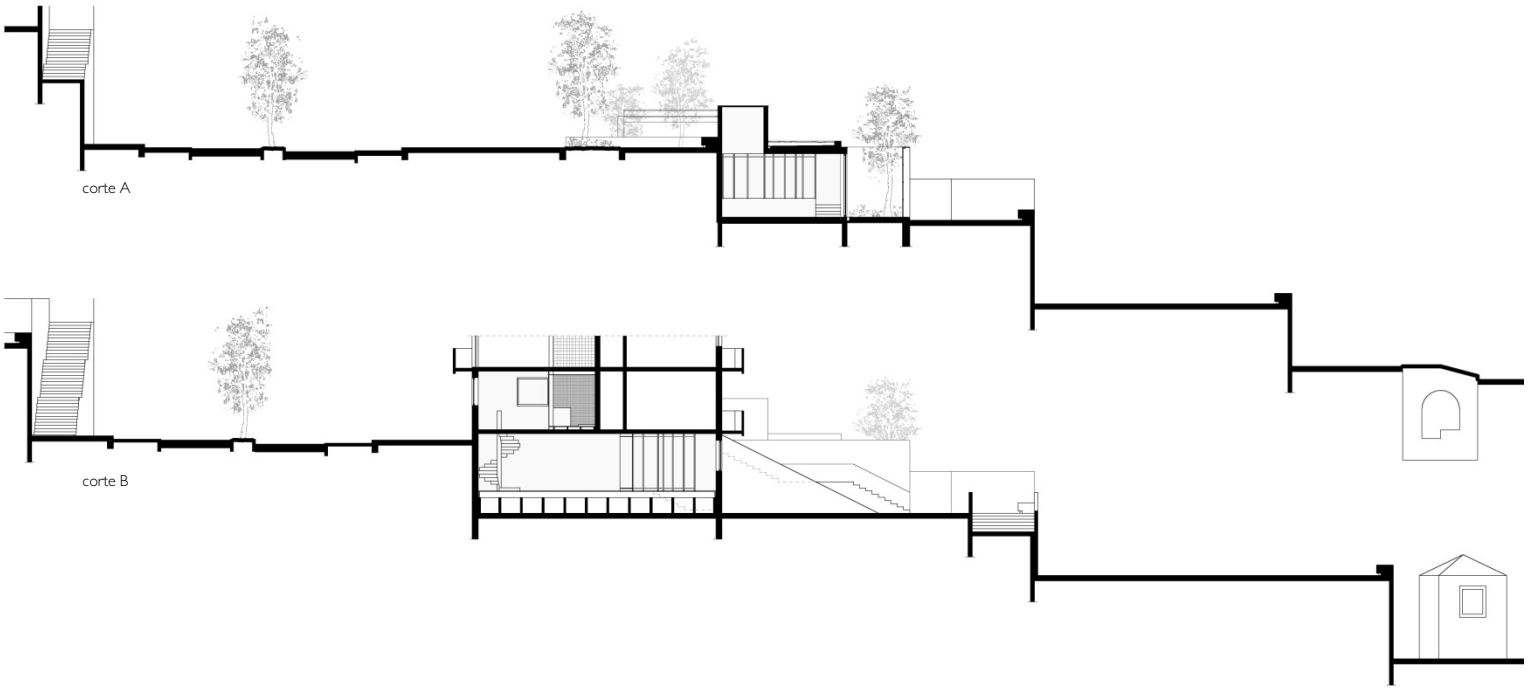




planta piso 0

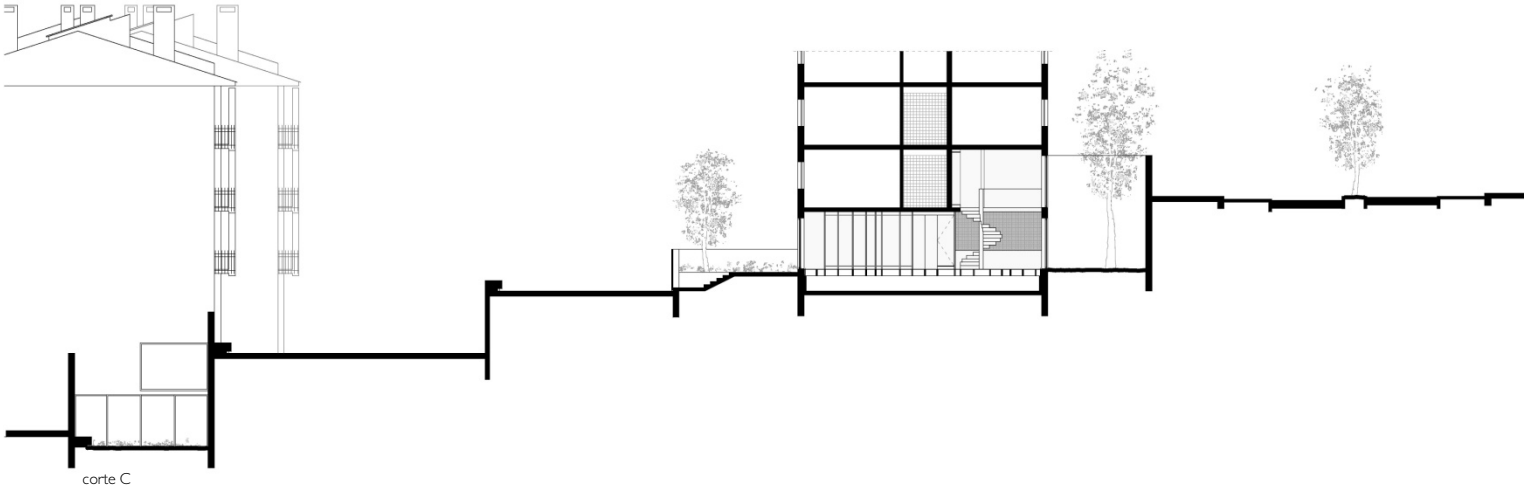


planta piso -1



corte A

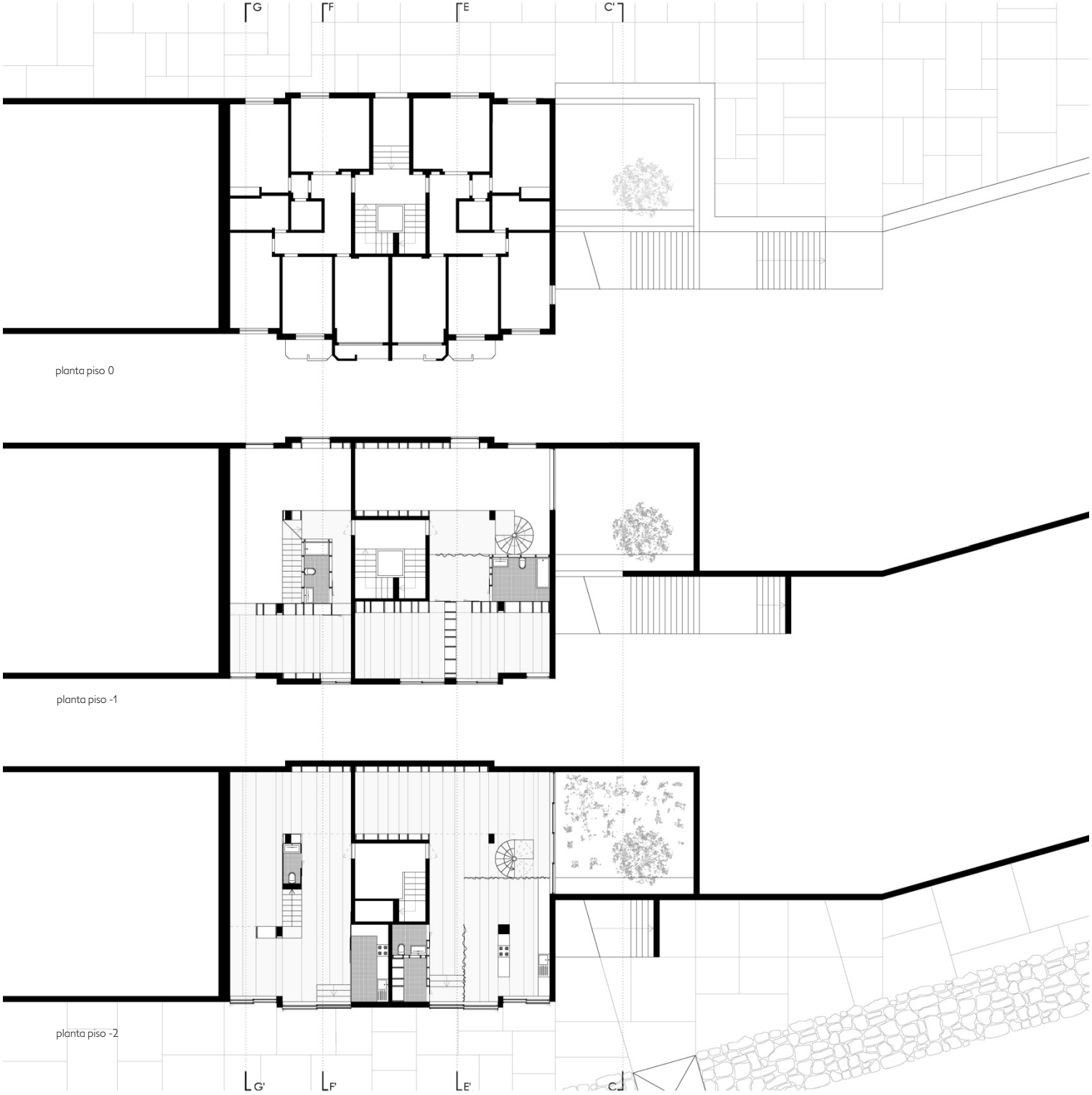
corte B



corte C



corte D

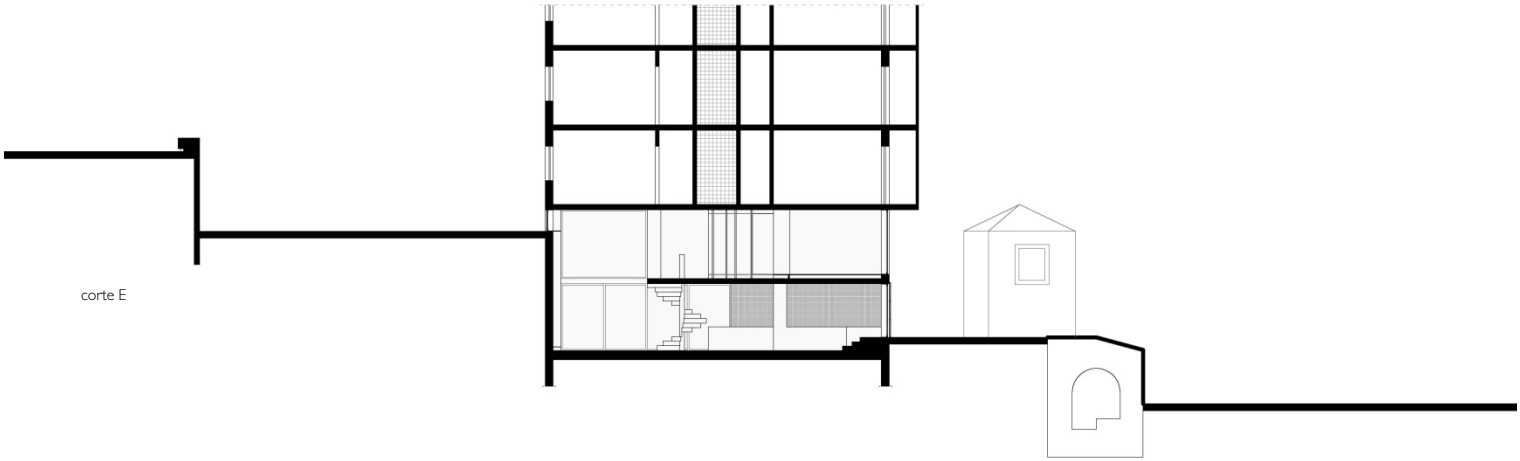


planta piso 0

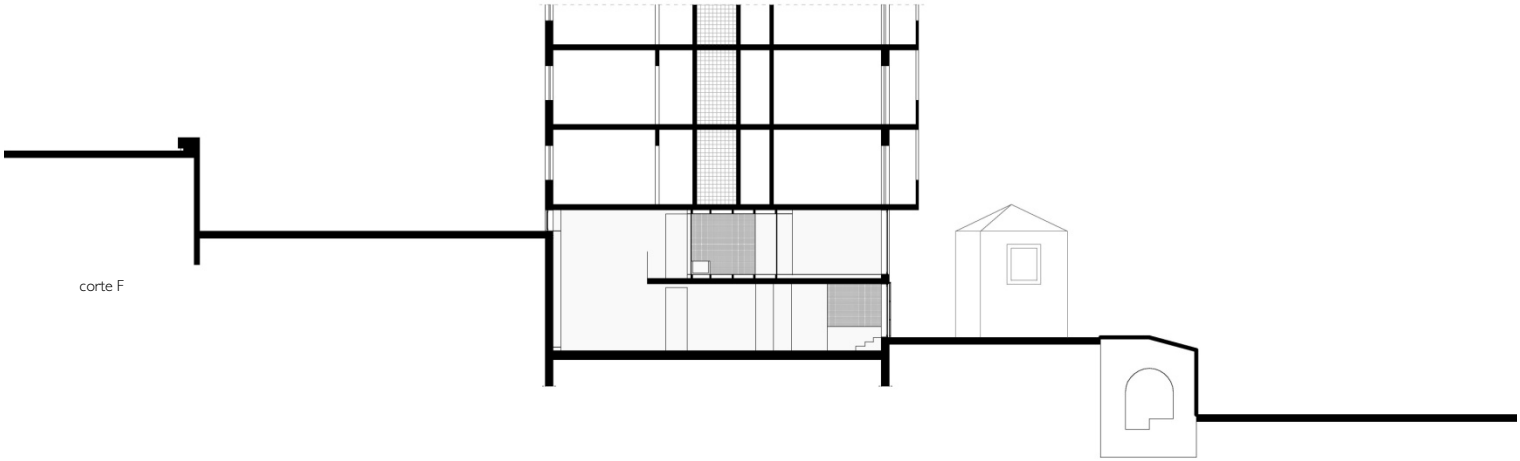
planta piso -1

planta piso -2

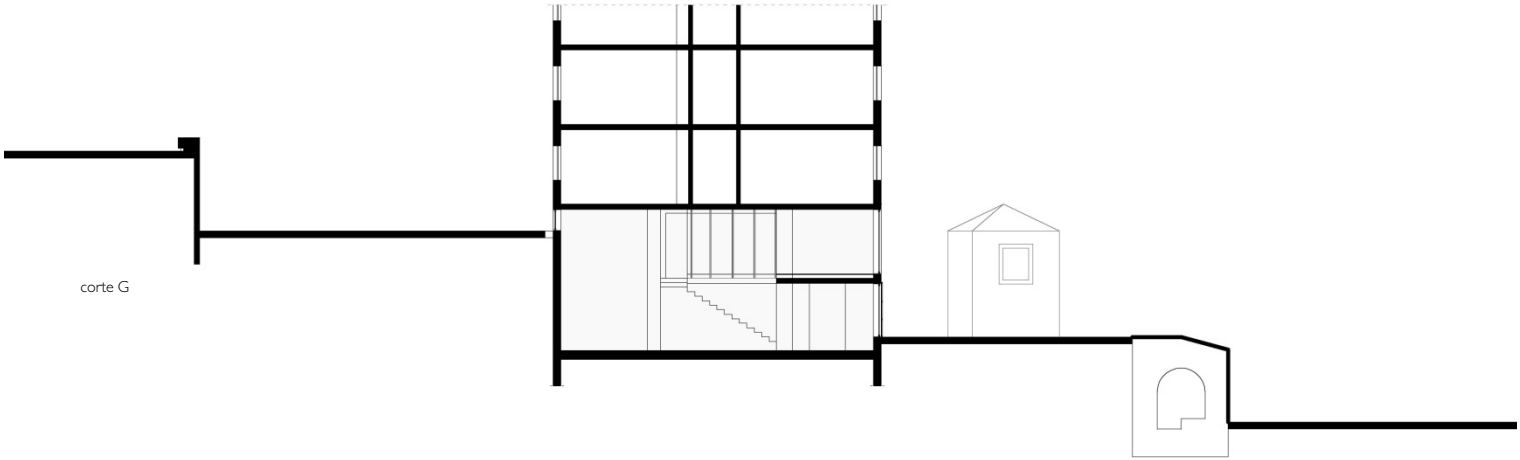
corte E

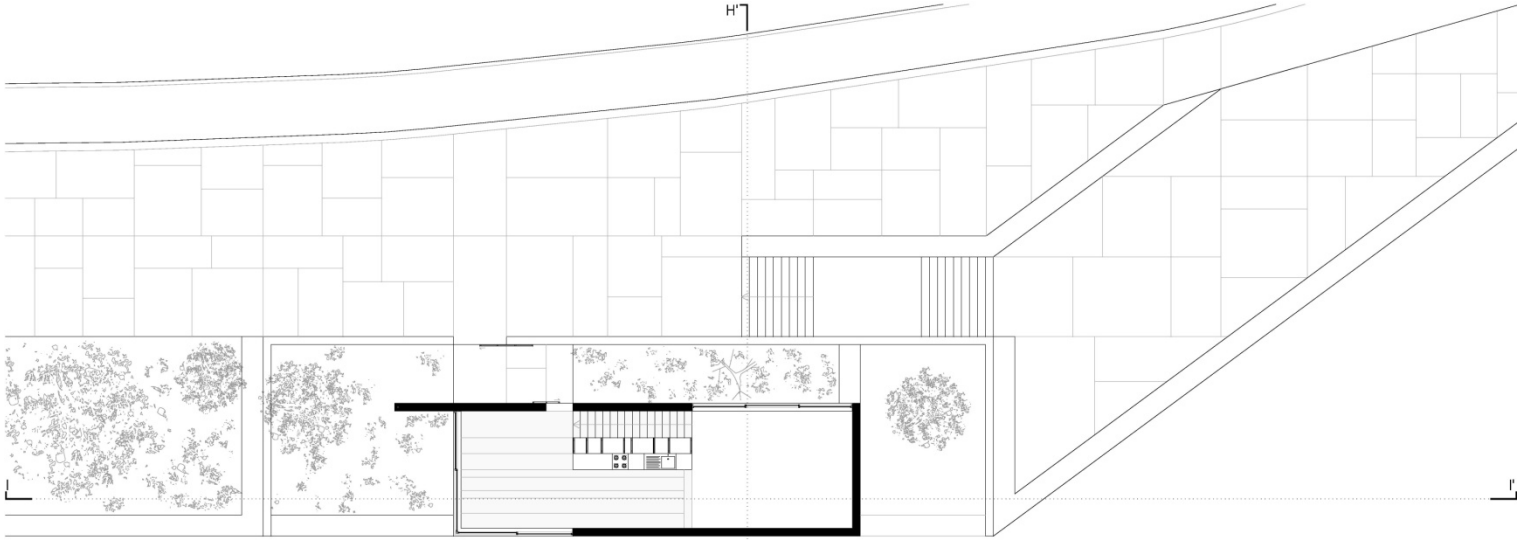


corte F

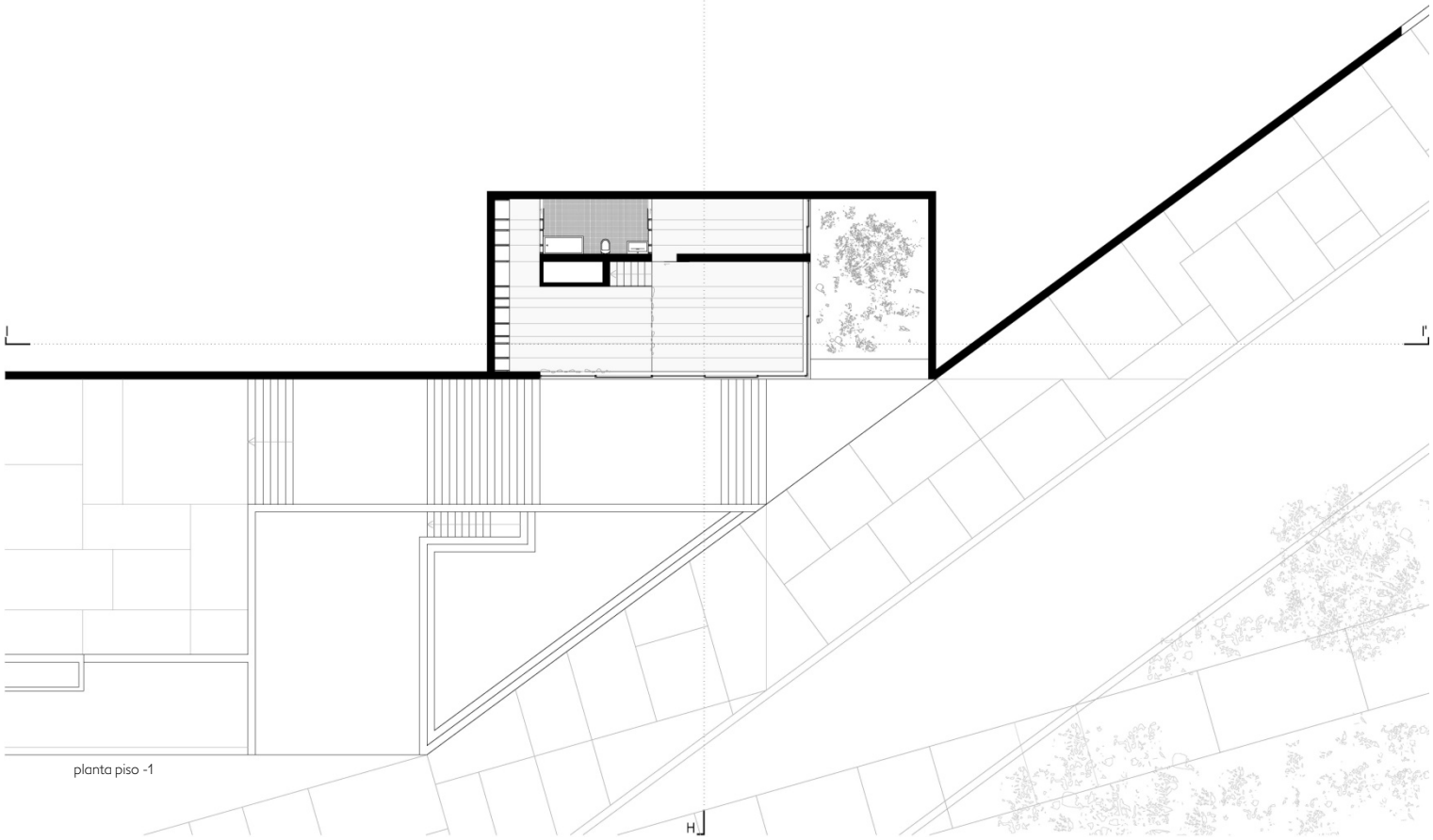


corte G

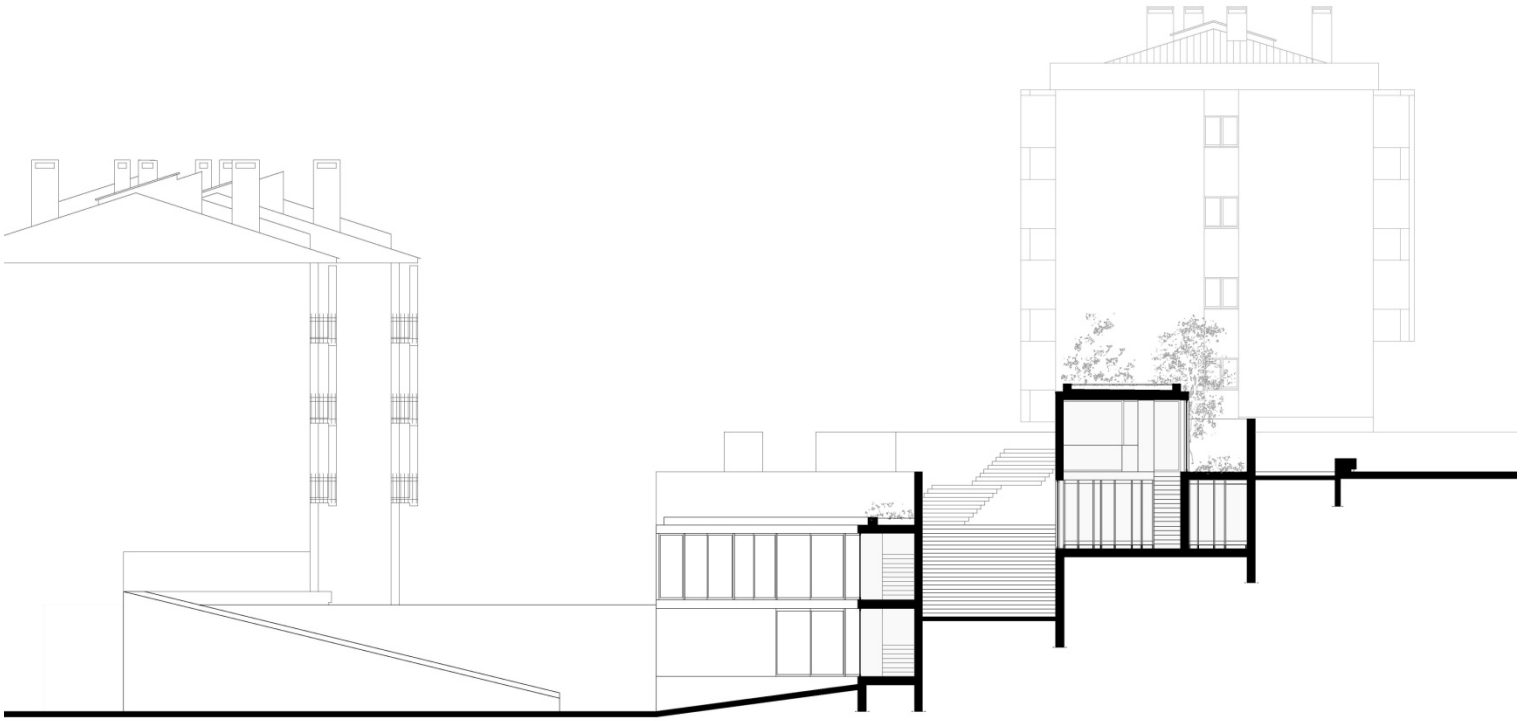




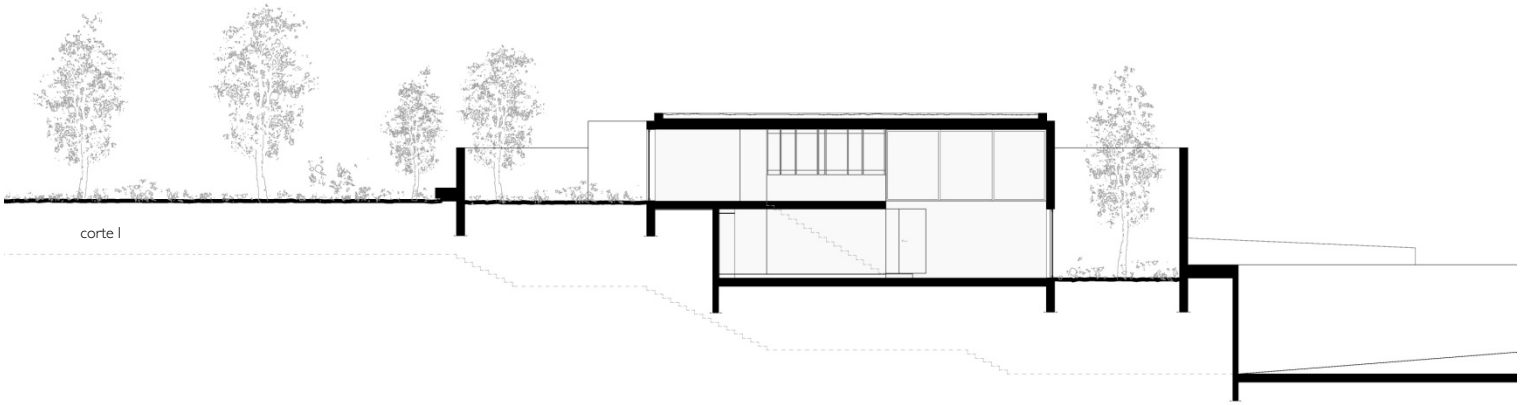
planta piso 0



planta piso -1



corte H



corte I

